

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio
Cultural



Dissertação

**O Legado da Escravidão na Formação do Patrimônio Cultural
Jaguarense
(1802 – 1888)**

Andréa da Gama Lima

Orientador: Dr. Lúcio Menezes Ferreira

Pelotas, 2010.

ANDRÉA DA GAMA LIMA

**O Legado da Escravidão na Formação do Patrimônio Cultural
Jaguarense
(1802 – 1888)**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, sob orientação do professor Dr. Lúcio Menezes Ferreira.

Pelotas, 2010.

Banca examinadora:

.....

Presidente: Prof. Lúcio Menezes Ferreira, Doutor. - Orientador, UFPel

.....

Membro: Prof. Cláudio Carle, Doutor, UFPel

.....

Membro: Prof. Pedro Sanches, Doutor, UFPel

.....

Membro externo: Profa. Adriana Fraga da Silva, Doutora, UNIPAMPA

Agradecimentos

Agradeço aos professores do Curso de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, que contribuíram para a elaboração deste trabalho, à banca examinadora e, em especial, ao professor Dr. Lúcio Menezes Ferreira, pelo apoio e orientação.

Agradeço, também, aos professores da Universidade de Buenos Aires, do *Programa de Economía Política de la Cultura*, espaço onde tive a oportunidade de apresentar e de discutir com outros pesquisadores partes desta dissertação. Menciono, com estima, a atenção e o trabalho de co-orientação do professor Dr. Juan Carlos Radovich, durante o programa de intercâmbio.

Agradeço aos colegas de Mestrado, pela oportunidade de conhecer suas investigações que, de certa maneira, contribuíram para a minha própria, e a todos os amigos e colegas de trabalho, da Secretaria de Cultura e Turismo de Jaguarão, que me acompanharam nesta trajetória.

Agradeço à equipe do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, importante instituição de salvaguarda dos documentos concernentes à História da cidade e, com carinho, à Nilza Cardozo, pela atenção com que me recebeu durante as pesquisas neste acervo.

Agradeço, por fim, à minha família, pela compreensão no que se refere à rotina de estudos e às necessidades de quem realiza um trabalho acadêmico; ao meu pai, Antônio, e ao meu filho, Luan, sem palavras que possam expressar a importância de sua presença na minha vida.

Resumo

A cidade de Jaguarão, localizada ao Sul do Brasil, na fronteira com o Uruguai, é reconhecida por seus conjuntos arquitetônicos, que constituem um acervo considerado sem similar em número e estado de conservação no Rio Grande do Sul. Denota-se o destaque, em meio a este cenário, às edificações erigidas nos últimos decênios do século XIX e princípios do século XX, período de prosperidade econômica que demarca o apogeu da construção civil local. Os estudos que originaram o *Inventário do Patrimônio Arquitetônico Jaguarense* (1988), mais do que refletir as ações de salvaguarda, sublinharam, especificamente, no plano da História, a proeminência dos referenciais euro-ocidentais na conformação da fronteira. Sustenta, assim, que Jaguarão reflete, em seu contexto cultural e urbano, a mescla de duas culturas, a portuguesa e a espanhola. Em contraposição, esta pesquisa contempla dados do passado local que foram invisibilizados e omitidos, em grande parte, pelos estudos da esfera patrimonial: a presença negra, de cativos africanos e afrodescentes, nos casarões da Jaguarão oitocentista, e as incidências da escravidão na constituição do patrimônio edificado das elites.

Palavras-chave: Patrimônio. Jaguarão. Arquitetura. Escravidão.

Abstract

Jaguarão is located in southern Brazil, on the border with Uruguay. It is recognized for its architectural complexes, which are considered singular in the Rio Grande do Sul context. It emphasizes the prominence, in the midst of this scenario, the buildings constructed in the last decades of the nineteenth and early twentieth century, the period of economic prosperity which marks the civil construction zenith. The studies that led to the Inventory of Jaguarensis Architectural Heritage (1988), rather than reflecting on preservation actions, emphasized, specifically in terms of History, the prominence of Euro-Western references in the conformation of the border, so that, the hypothesis of these studies is that the Jaguarão reflects in its cultural and urban context, the blending of two cultures: Portuguese and Spanish. My study, in contraposition, raised local data from the past that were omitted by studies of the patrimonial sphere: the black presence of captive Africans and African descend people in nineteenth-century buildings of Jaguarão, and incidences of slavery in the constitution of the elites's built cultural property.

Keywords: Heritage. Jaguarão. Architecture. Slavery.

Lista de Figuras

Figura 1	Limites territoriais estabelecidos entre Portugal e Espanha, Séc. XVIII – Tratado Santo Ildefonso – 1777.....	34
Figura 2	Tropa cruzando a fronteira, em direção ao povoado formado às margens do rio Jaguarão	37
Figura 3	Fotografia - Sede da Fazenda Santa Izabel. 1º distrito de Jaguarão	47
Figura 4	Construção em ruínas, apontada como uma antiga senzala, junto à Fazenda Sta.Izabel – 1º Distrito do município de Jaguarão.....	47
Figura 5	Construção em ruínas, junto à Fazenda Sta. Izabel – 1º Distrito do município de Jaguarão	48
Figura 6	Gradil da construção em ruínas, junto à Fazenda Sta. Izabel – 1º Distrito do município de Jaguarão.....	48
Figura 7	Estância Fortificada, no interior de Jaguarão.....	52
Figura 8	Estância Velha – próxima à nascente do Arroio Juncal, em Jaguarão.....	53
Figura 9	Estância Velha – Seteiras na parede lateral direita da propriedade....	53
Figura 10	Estância Velha – Detalhe das seteiras – vista interna	54
Figura 11	Estância Velha – Pátio Interno	54
Figura 12	Estância Velha – Mangueira de pedra	55
Figura 13	Estância Velha – Mangueira de pedra	55
Figura 14	Estância fortificada, próxima às margens do Arroio Telho – Município de Jaguarão	56
Figura 15	Estância fortificada – Muralha em Pedra	56

Figura 16	Estância fortificada – construção em pedra	57
Figura 17	Estância fortificada – construção em pedra	57
Figura 18	Estância fortificada – detalhe da seteira	57
Figura 19	Estância fortificada – vista interna da seteira	58
Figura 20	Estância fortificada – vista interna da seteira	58
Figura 21	Estância fortificada – Mangueira em pedra	58
Figura 22	Mapa de Jaguarão, com as terras do Comendador Francisco José Gonçalves da Silva, e as novas propriedades	61
Figura 23	Estância São João	62
Figura 24	Estância dos Bonitos	62
Figura 25	Localização das charqueadas em Jaguarão	63
Figura 26	Charqueada em Jaguarão	65
Figura 27	Charqueada em Jaguarão	66
Figura 28	Charqueada em Jaguarão – Construção da chaminé.....	66
Figura 29	Plano Inicial de Jaguarão	69
Figura 30	Aproximação da estrutura urbana de Jaguarão na metade do século XIX	71
Figura 31	Zona portuária de Jaguarão	76
Figura 32	Figueiras da Praça do Comércio	77
Figura 33	Detalhe da corrente incrustada ao tronco da árvore.....	77
Figura 34	Detalhe da corrente incrustada ao tronco da árvore.....	77
Figura 35	Praça Central de Jaguarão	79
Figura 36	Praça Central de Jaguarão	79
Figura 37	Vista panorâmica de Jaguarão – 1880	82
Figura 38	Anúncio de negócio especializado na compra de escravos em Jaguarão	87

Figura 39	Anúncio de negócio especializado na compra de escravos em Jaguarão	87
Figura 40	Anúncio de negócio especializado na compra de escravos em Jaguarão	87
Figura 41	Exemplares de construções características da metade do século XIX	90
Figura 42	Planta da residência onde se instalou a Câmara Municipal de Jaguarão em 1850	91
Figura 43	Vista do entorno da Praça da Matriz	93
Figura 44	Perfil de fachada.....	93
Figura 45	Perfil de fachada.....	93
Figura 46	Perfil de fachada . Desenho de porta esculpida artesanalmente	94
Figura 47	Perfil frontal de residência de classe média.....	95
Figura 48	Perfil frontal de residência de classe média.....	95
Figura 49	Perfil frontal de residência popular.....	96
Figura 50	Perfil frontal de residência popular.....	97
Figura 51	Perfil frontal de residência popular.....	97
Figura 52	Perfil frontal de residência popular.....	97
Figura 53	Planta interna de residência popular	97
Figura 54	Detalhe de perfil de fachada. Exemplo de iniciais familiares circunscritas na fachada de prédio	99
Figura 55	Palacete do Dr. Carlos Barbosa Gonçalves	100
Figura 56	Sobrado do Barão de Tavares Leite	101
Figura 57	Rua XV de novembro	101
Figura 58	Primitivo elevador de madeira da residência do Barão de Tavares Leite	102
Figura 59	Perfil frontal de casa de porão elevado em Jaguarão	103

Figura 60	Perfil frontal de casarão com porão habitável, no entorno da Praça central de Jaguarão	103
Figura 61	Perfil de residência de porão elevado no entorno da praça central de Jaguarão	104
Figura 62	Perfil de residência de porão elevado, com recuo lateral, no entorno da praça central de Jaguarão	105
Figura 63	Residência de Zeferino Lopes de Moura	106
Figura 64	Residência de Zeferino Lopes de Moura	106
Figura 65	Clube Jaguarense	108
Figura 66	Anúncio de espetáculo a benefício da liberdade de uma escrava – 1868	109
Figura 67	Presídio de Jaguarão - Local de punição de cativos no século XIX.....	111
Figura 68	Antiga Praça 13 de Maio	113

Lista de Tabelas

Tabela 1	População do Brasil – 1819	39
Tabela 2	Origens africanas dos escravos do Rio Grande, 1765-1825	41
Tabela 3	Relação de escravos do Comendador Francisco José Gonçalves da Silva	60
Tabela 4	Municípios com maior número de escravos – 1859	73
Tabela 5	Número de Escrituras de Compra e Venda de Escravos por décadas (Jaguarão, 1833/1883)	74

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Patrimônio Oficial - sobre conceitos e práticas de patrimonialização

1.1 Os sentidos adquiridos e a gênese da noção de patrimônio	19
1.2 Projetos políticos e ideais de preservação patrimonial no contexto brasileiro.....	22
1.3 A formação do patrimônio da cidade de Jaguarão: o caráter seletivo das políticas preservacionistas.....	27

CAPÍTULO 2

Os contextos sociais de atuação de escravos e senhores no povoamento e consolidação da fronteira sulina

2.1 Entre as possessões de duas coroas – a ocupação das terras do extremo meridiano do Brasil	33
2.2 A escravidão na capitania rio-grandense e os primeiros escravos na Guarda do Serrito	39
2.3 A Instalação da Freguesia	43
2.4 A escravidão nas estâncias jaguarenses e núcleos rurais do século XIX .	45
2.5 As estruturas do ciclo charqueador	63

CAPÍTULO 3

Das Alvas Fachadas aos Negros Porões do Casario

3.1 Elevação à Cidade	68
3.2 Os espaços públicos e a escravidão	76
3.3 Os Códigos de Posturas da Municipalidade	84
3.4 A regulamentação dos cativos	85
3.5 As propriedades urbanas das classes senhoriais	89
3.6 O requinte construtivo dos casarões	92
3.7 A presença dos escravos domésticos e os negros porões dos edifícios ...	98
3.8 Marcos da Abolição	107

Considerações Finais	114
Bibliografia.....	116

Introdução

“(…) *difícilmente surpreende que, se a história da escravidão chega a ser percebida como relevante ainda assim é considerada uma tarefa para autores negros (...) em lugar da herança ética e intelectual do Ocidente como um todo*”.
(GILROY, 2001, p.115).

Neste trabalho, discuto questões concernentes ao campo do patrimônio e a práticas de patrimonialização na contemporaneidade. Avalio a formação do que se pode compreender como um *elenco patrimonial*, ou seja, o conjunto de elementos previamente selecionados para serem alvo e ponto de convergência de políticas preservacionistas. Neste processo, tratar de preservação significa lidar também com esquecimento e obliterações: enquanto determinados passados são recortados e elevados à esfera patrimonial, outros, esmaecidos, são silenciados.

Proponho a análise de como as ações do campo do patrimônio, de acordo com os cânones da oficialidade, legitimam e fomentam uma identidade oficial nas leituras do pretérito, em detrimento de segmentos pouco reconhecidos, ou mesmo invisibilizados, pelas narrativas dominantes. Assim que, elementos da cultura material, compreendidos como próprios de grupos subalternos, e diversos aspectos de seus referenciais, são, muitas vezes, deslocados e situados à margem de estudos e interpretações em torno de tempos transpostos.

As reflexões que suscito se dão a partir da observação de projetos empreendidos para a salvaguarda e gerenciamento do patrimônio edificado da cidade de Jaguarão, situada ao Sul do Brasil, na fronteira com a República Oriental do Uruguai. O município é reconhecido por seus conjuntos arquitetônicos, que constituem um acervo considerado “sem similar em número e estado de conservação no Rio Grande do Sul” (OLIVEIRA, 2005, p.13). Denota-se o destaque, em meio a este cenário, aos casarões erigidos nos últimos decênios do século XIX e princípios do século XX, período de abundância econômica que demarca o auge da construção civil local.

Os estudos que originaram o *Inventário do Patrimônio Arquitetônico Jaguareense*, publicado em 1988, mais do que produzir o registro dos imóveis da cidade, consolidaram um eixo norteador para a salvaguarda dos edifícios

históricos em evidência e refletiram-se no plano das políticas de patrimonialização. O tratamento da História, conduzido por este trabalho, sublinhou, especificamente, a proeminência dos referenciais euro-ocidentais na conformação da fronteira, de modo que a hipótese que sustenta é a de que o município jaguarenses reflete, em seu contexto cultural e urbano, a mescla de duas culturas, a portuguesa e a espanhola (OLIVEIRA e SEIBT, 1988, Introdução, s/p).

Percebemos, entretanto, que enquanto as fachadas externas de alguns prédios, erigidos em períodos de grande projeção econômica, refletem o requinte construtivo e elementos introduzidos ao longo do processo de modelação do país a partir das influências ibero-americanas, a interpretação de aspectos estruturais internos das residências, por sua vez, pode levar-nos ao entendimento de passagens da História ainda pouco estudadas. É o caso, por exemplo, da localização de obscuros porões voltados para a moradia, trabalho, ou a execução de castigos de escravos domésticos, que mostram algumas das interfaces e incidências da escravidão na constituição do patrimônio edificado das elites.

São marcas impressas pelo sistema escravista em residências comumente destacadas e apropriadas pelas políticas de patrimônio por valores estilísticos, soluções estéticas e simbologias arquitetônicas em distinção. Essas marcas apontam a presença da escravidão, normalmente subjugada pelos estudos da esfera patrimonial. O ápice do desenvolvimento econômico e cultural de Jaguarão encontra-se assentado significativamente em um alto contingente de escravos, conforme aponta Franco (1980, p.94). No entanto, a influência dos africanos cativos e de seus descendentes, no cerne da Jaguarão oitocentista, embora expressiva e relacionada com diversos aspectos de sua configuração, permanece deslocada e pouco compreendida, a maioria das vezes, no que tange às leituras em torno da sua História e do seu legado patrimonial.

De acordo com Libby e Paiva (2005), compreender a escravidão como parte de uma realidade complexa, que marcou profundamente o contexto histórico do Brasil, permite um maior entendimento acerca da tessitura social do país, no cenário contemporâneo. Desde princípios da colonização

portuguesa até as últimas décadas do século XIX, a escravidão foi o principal modo de trabalho nesta sociedade e algo que influenciou na formação de seus costumes e valores culturais, vários deles presentes até a atualidade (LIBBY E PAIVA, 2005, p. 9).

Ainda na década de oitenta do século XX, Maestri apontava para a escassez de pesquisas e abordagens historiográficas relacionadas ao sistema de trabalho compulsório no meio sulino do país (MAESTRI, 1984, p.35). Com o passar dos anos, pode-se afirmar, porém, que muitos foram os autores que se interessaram pelo assunto e, valendo-se de fontes primárias variadas, passaram a se dedicar aos estudos focados na presença de cativos ao Sul da América Portuguesa e contemplaram aspectos diversificados do escravismo no pampa e no meio platino como um todo. Quando esta discussão se translada para o campo do patrimônio, contudo, ainda é possível perceber diversas lacunas no tratamento da escravidão pelos estudos, pesquisas e políticas oficiais no contexto brasileiro. Os sítios relacionados, marcas e evidências dos escravos, muitas vezes são deixados de lado e negligenciados pelas propostas de preservação e empreendimentos oficiais, no que tange à esfera patrimonial.

A partir da observação do legado histórico-cultural que foi contemplado e elevado ao plano patrimonial na cidade de Jaguarão, não pretendi questionar a validade das pesquisas voltadas para a compreensão, estima e apreço, ou a importância de discussões e práticas de preservação, centradas no conjunto histórico. Ressalto, porém, que para além da atitude de se exaltar a preciosidade de seus elementos formais e estilísticos, que remontam e reconstroem uma matriz européia, é possível chegar a um entendimento mais amplo do passado local em atenção aos vestígios implícitos e dados marginalizados pela hegemonia dos planos patrimonialistas.

As marcas da escravidão em Jaguarão podem ser observadas, por exemplo, no escuro dos porões, outrora habitados, de edificações que têm suas fachadas tratadas com entusiasmo. Em estâncias, antigas charqueadas e construções que se deterioram na zona rural, a espera de abordagens arqueológicas, as quais extravasam, contudo, os domínios do presente trabalho. Busco, aqui, apenas sinalizar e registrar, nessas propriedades,

artefatos e estruturas, apontando para o potencial arqueológico e patrimonial da região.

Explicitado o tema desse estudo, apresento o recorte temporal da pesquisa e a estrutura da dissertação. A pesquisa compreende o período situado entre os anos de 1802 e 1888. Seu marco inicial se justifica em função da ocupação do território que deu origem ao município jaguarense, pelos colonizadores luso-brasileiros, e da existência de documentação textual e de bibliografia, que permitem que se vislumbre a participação de escravos nos anos iniciais da povoação. O ano de 1888 é tomado como fechamento por ser o marco oficial da abolição da escravatura no Brasil, com o advento da assinatura da Lei Áurea.

Divido a dissertação em três capítulos. O primeiro deles, intitulado *“Patrimônio oficial, sobre conceitos e práticas de patrimonialização”*, de caráter conceitual e introdutório, diz respeito à própria gênese de “patrimônio” e aos sentidos que o termo adquiriu historicamente. Avalio sua etimologia, amparada nas significações que possuía na antiga sociedade romana, e as atribuições abarcadas em distintos processos históricos. Abordo, ainda, o plano das políticas patrimonialistas e a organização sistemática das ações de salvaguarda, com enfoque, em específico, no cenário brasileiro: a observação de determinados aspectos desta trajetória permitirá que se contemple, com algum embasamento, as características do momento em que tiveram início os estudos mais significativos, referenciais até o tempo presente, no que tange ao patrimônio da cidade de Jaguarão. Proponho a reflexão sobre os processos de escolha e recortes do passado, que demarcaram as políticas oficiais de patrimônio nesta zona da fronteira, e promoveram, em grande parte, a invisibilidade da presença negra, escrava, no jugo desta sociedade.

O segundo capítulo, *“Os contextos sociais de atuação de escravos e senhores no povoamento e consolidação da fronteira sulina”*, é voltado especificamente para a compreensão da conjuntura histórica da região, do período de povoamento e consolidação da divisa, que deu origem ao município de Jaguarão. Aponto os registros de cativos presentes nestas paragens, desde a embrionária *Guarda do Serrito e da Lagoa*, até os expressivos índices da Vila

Municipal, e o período de elevação à cidade. Trato, inicialmente, das características das mais antigas propriedades, formadas a partir da doação de sesmarias, e da concentração de escravos nos núcleos rurais, tendo em vista que as características de algumas estâncias e charqueadas, situadas à margem esquerda do rio Jaguarão ou no curso de seus afluentes, apontam determinados locais como importantes focos de vestígios da cultura material da escravidão. Construções erigidas à base do trabalho escravo, estâncias fortificadas, com mangueiras e currais de pedra, e os antigos estabelecimentos da indústria da salga, são algumas das estruturas que compõem este cenário.

Em seguida, no terceiro capítulo, “*Das Alvas Fachadas aos Negros porões do casario*”, reporto-me ao espaço urbano da Jaguarão oitocentista, a partir do advento de elevação à categoria de cidade. Observo como elementos estruturais do núcleo urbano foram afetados por necessidades de manutenção da ordem escravista, como as praças, por exemplo, em que se davam castigos, açoitamentos e demais punições de escravos. Discuto as restrições dirigidas aos cativos, por meio de legislações e posturas da municipalidade, especialmente voltadas para este segmento, e observo a formação de zonas hierárquicas, lugares em que era considerado um abuso a presença dos trabalhadores subalternos e, em contrapartida, outros em que eram encontrados com frequência, desempenhando as mais variadas atividades.

Nos ambientes privados dos casarões senhoriais, avalio, por fim, como a convivência das nobres famílias com os escravos influenciou a disposição arquitetônica dos edifícios, uma vez que muitos destes abrigavam os trabalhadores não apenas durante a execução dos serviços domésticos, mas, também, serviam como moradia ou para que passassem a noite, durante a prestação de eventuais serviços. Neste sentido, localizo as áreas estratégicas de serviços nos fundos das edificações, estruturas para a moradia dos empregados escravizados em posição contígua às residências. Registro, ainda, determinados artefatos que permaneceram em alguns prédios e remetem ao sistema de trabalho amparado na escravidão.

Capítulo 1 - Patrimônio cultural, sobre conceitos e práticas de patrimonialização

1.1 Os sentidos adquiridos e a gênese da noção de patrimônio

A definição do termo “patrimônio”, segundo a museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta (2000, p.25), de maneira mais abrangente, indica: “(...) bens e valores materiais e imateriais transmitidos por herança de geração a geração na trajetória de uma comunidade”. As concepções que perpassam a dimensão patrimonial abarcam diferentes sentidos de acordo com o contexto em que emergem, portam valores culturalmente construídos e permeados por processos históricos.

Etimologicamente, conforme esclarece Pedro Paulo Funari (2000, p.10), a raiz *patrimonium*, de ascendência latina, aponta para tudo aquilo que entre os antigos romanos era do domínio patriarcal, pertencente ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família. As peculiaridades do meio que deu origem ao termo revelam diferenças sensíveis para com as significações que este passou a adquirir. Tratava-se da transmissão de um legado, no cerne da elite romana, de caráter privativo e individual. Faziam parte do domínio de um senhor não apenas bens móveis e imóveis de valoração material, como também escravos, mulheres e filhos, que poderiam ser deixados por via testamental. Conforme Funari: “Não havia o conceito de patrimônio público. Ao contrário, o estado era apropriado pelos pais de família” (FUNARI, 2006, p.11).

Posteriormente, com finalidades práticas, a aristocracia e a igreja foram as responsáveis por lançarem iniciativas de preservação em situações específicas. Durante a Reforma Protestante, na Inglaterra, surgiu a necessidade de se proteger imagens e construções religiosas ameaçadas de destruição. Em território francês, na revolução de 1789, foram confiscados bens de aristocratas e clérigos. Tornou-se imprescindível, neste momento, que os antigos pertences das poderosas classes tomassem novos rumos e significados. Para livrá-los da ruína, diante do perigo dos atos de vandalismo, intelectuais, amparados em ideais iluministas, alegaram que os bens eram de interesse para a instrução pública, pertencendo, pois, a toda a Nação (POSSAMAI, 2000, p.15).

No século XIX, com o fortalecimento dos Estados Nacionais, em função de se construir identidades capazes de homogeneizar, modelar as feições dos países emergentes, foram, então, reunidos e estudados fatos gloriosos com vistas a forjar, compor e legitimar uma gênese comum. Enfaticamente, durante os períodos nacionalistas, a acolhida de elementos pretéritos seguindo diretrizes específicas culminou na consolidação do que se convencionou chamar *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.

A visão que se objetivou imprimir, dotada de caráter oficial, veio a representar setores privilegiados, amparando-se em instrumentos específicos e disciplinas científicas, em evidente apropriação e ressemantização de marcos e vestígios dos períodos transpostos. De acordo com Ferreira:

O patrimônio, jungido pela retórica nacionalista, estipula o cânone cultural e a memória oficial de uma nação. Serve para circunscrever os lugares plácidos de refinamento apolíneo dos grupos dominantes e para incutir a idéia de ancestralidade e legitimidade do poder estatal. Como cânone cultural de um Estado, o patrimônio veicula as hierarquias de valores, de patriotismo, de lealdade, de pertencimento, de fronteiras geopolíticas. Incute nas memórias coletivas o que deve ser excluído e incluído, o que deve ser lembrado e cultuado, esquecido e silenciado (FERREIRA, 2008, p.40).

A possibilidade de se revolver o passado e colher em sua trama conhecimentos e dados de acordo com critérios de escolha e interesses restritos pode ser percebida em diversos momentos da História. Assim apontam os estudos que analisam a base e a formação de algumas representações e identidades culturais afirmadas sobre a idéia de tradição, isto é, sobre o cultivo de um legado transmitido ao longo dos tempos, e que constata a manipulação do passado, sua recriação de modo a favorecer novas significações (HOBBSAWM, 1997). Dimitrijevic (2004) disserta sobre esta questão. O autor evidencia como os muçulmanos, a partir de necessidades específicas, quando desestruturados em sua identidade, recorrem a representações de um povo que habitou a região da antiga Iugoslávia em um passado longínquo e se apropriam de alguns de seus

elementos de maneira a dotarem-se de unidade cultural e construir suas novas feições identitárias.

Os Bogomilas, uma seita herética do período medieval, tinham a espiritualidade presente como fator de coesão. Passaram a ser perseguidos pelo catolicismo e foram dizimados. Os povos islamizados ocuparam a região em um tempo posterior e, estando o território fortemente marcado por conflitos político-culturais, a identidade passou a ser reivindicada como de importância fundamental para diferenciar sérvios e croatas. Na construção de valores dos últimos, os bogomilas foram contemplados como ancestrais. Intencionando-se homogeneizar, definir feições identitárias e manter a unidade política, uma série de manifestações em torno do tempo recuado em que este povo viveu foi criada e celebrações foram inventadas, numa tentativa de reforçar os ideais do grupo.

Ferreira reitera:

A cultura material, mesmo a do mais remoto passado, pode servir aos diferentes grupos sociais para criar e valorizar identidades culturais. Ela é capaz de mediar relações políticas e sociais, de fortalecer hierarquias e poderes, legitimando-as por meio de testemunhos materiais que lhes dão sustentação (FERREIRA, 2008, p.38).

1.2 Projetos políticos e ideais de preservação patrimonial no contexto brasileiro

Esses processos de seleção do passado para definir as políticas oficiais de patrimônio cultural podem ser vislumbrados no Brasil. Assim, o arquiteto e professor Carlos Lemos, traçando um retrospecto dos ideais de preservação no Brasil, ressalta a manifestação pioneira do Conde de Galveias, ainda no século XVIII, em uma carta destinada ao então governador de Pernambuco, Luis Pereira de Andrade. O português, diante da transformação do Palácio das Duas Torres, obra holandesa construída pelo Conde de Nassau, em quartel de tropas locais, escreve lamentando o episódio. O novo uso faria com que a edificação estivesse sujeita a possíveis adaptações e, segundo sua concepção, seria muito importante que o palácio fosse conservado como tal para manter a integridade e a memória daquele “verdadeiro troféu de guerra a orgulhar nosso povo” (GALVEIAS *apud* LEMOS, 1987, p.34).

Em contrapartida, a destruição premeditada de monumentos, templos e cenários arquitetônicos, dentre outros marcos, por sua vez, revela-se frequentemente em disputas em torno do poder como estratégia política, principalmente em episódios conflituos, pela capacidade de agitar e revolver um campo encharcado de associações simbólicas. No Brasil, após a Independência, a postura das autoridades era a de consentir silenciosamente frente à lenta degradação do patrimônio português que ilustrava a dominação do processo colonizador.

Como diz Lemos:

Sempre que alcançamos uma meta libertária, a primeira coisa que se fez foi destruir as provas da opressão banida. Vestígios holandeses varridos. Cartelas heráldicas, escudos e brasões arrancados violentamente dos pórticos nobres das construções espanholas pelos portugueses da Reconquista e pelos brasileiros depois de 1822. Papéis comprometedores queimados como aqueles relativos à escravidão negra, por ordem do abolicionista Rui Barbosa, já depois do 13 de maio da princesa Isabel (LEMOS, 1987, p. 35).

As incipientes propostas lançadas para a salvaguarda, bem como a atenção de Dom Pedro II para com algumas obras, apesar de se referirem a um interesse maior, eram voltadas ora para monumentos históricos, ora para artefatos e objetos com alto valor imbuído. A sistematização e consolidação de uma política patrimonial ocorreram na década de trinta do século XX, no contexto de um país ainda com cicatrizes marcadamente coloniais, que almejava compor sua urbanidade e desenvolvimento pelos caminhos da industrialização. Neste momento, o trabalho de organizar seus bens, reconhecer e valorizar um legado pretérito, digno de preservação, implicava lidar com uma multiplicidade de manifestações culturais e incorporá-las à identidade brasileira que se almejava afirmar. Tratava-se, pois, de consolidar valores de coesão e, ao mesmo tempo, ir de encontro a problemas de urgência decorrentes de perdas materiais significativas, reiteradas em subtrações de toda ordem de artefatos, documentos e construções, bens móveis e imóveis. Em 1937, foi instituído por lei o “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” e, após o golpe político de Getúlio Vargas, o ‘SPHAN’ veio a ser organizado, firmando-se o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatores memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (LEMOS, 1987, p. 43).

Os ideais de Mário de Andrade e as concepções consoantes de Rodrigo Melo Franco de Andrade, intelectuais envolvidos neste tempo no manejo da cultura brasileira, bem como as dificuldades que enfrentavam, levaram a posterior criação de uma perspectiva heroizante ao se contemplar os primeiros trinta anos dos empreendimentos preservacionistas no país. Já em plena vigência da ditadura militar, o cenário cultural e os meios de preservação foram demarcados por diversas transformações. Pela primeira vez, no ano de 1979, um Presidente da República visitava o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. João Figueiredo assinara um decreto possibilitando a criação, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, da *Secretaria do*

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cabe ressaltar que a diferenciação implícita nesta mudança reside no caráter das secretarias de organismos centrais de direção superior e de coordenação nacional.

Estava em vias de aprovação no Congresso Nacional o projeto que instituiu a *Fundação Nacional Pró-Memória*, visando “a contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no país”. No novo momento de atuação, o órgão incorporava, também, o *Programa de Cidades Históricas* e o *Centro Nacional de Referência Cultural*, tendo em vista “uma ação mais ativa e abrangente para o entendimento e preservação dos bens culturais” (IPHAN - Editado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Educação e Cultura. Nº. 2, 1979).

A edição especial, de responsabilidade do órgão, descreve a visita da autoridade: “Depois de ouvir o Hino Nacional cantado por um coral de crianças, o presidente João Figueiredo foi saudado por Aloísio Magalhães¹, que destacou a necessidade de preservação da cultura brasileira como fator essencial para a formação da nacionalidade”. O então Ministro Eduardo Portella, por sua vez, na ocasião, afirmara: “É hoje matéria de consenso nacional, reiteradamente expressa por diferentes níveis da comunidade brasileira, a importância da preservação da nossa memória nacional” (IPHAN - Editado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Educação e Cultura. Nº. 2 1979). Em 1981, outras mudanças despontaram e as Secretarias do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e de Assuntos Culturais (SPHAN e SEAC) foram extintas com a criação da Secretaria de Cultura (SEC).

Todo esse processo histórico pode ser resumido segundo as considerações de Bosi:

Da cultura brasileira já houve quem a julgasse unitária, coesa, cabalmente definida por esta ou aquela qualidade. E há também quem pretenda extrair dessa hipotética unidade a expressão de uma identidade nacional. Ocorre, porém, que não existe uma cultura brasileira homogênea, matriz de nossos comportamentos e dos nossos

¹ Aloísio Magalhães (1927- 1982), designer gráfico e artista brasileiro, então diretor do órgão.

discursos. Ao contrário: a admissão do seu caráter plural é um passo decisivo para compreendê-la com efeito de sentido, resultado de um processo de múltiplas interações e posições no tempo e no espaço (BOSI *apud* FRONER, 1995, p. 291).

O patrimônio, todavia, ainda é um território fértil para conflitos entre diferentes grupos, que disputam pelo gerenciamento e legitimação do que consideram significativo em meio a um vasto legado de períodos passados. Embora em alguns momentos a questão se manifeste de maneira mais acirrada, como nos emblemáticos combates da guerra da Iugoslávia, com a destruição premeditada do patrimônio material de ambas as partes envolvidas (FERREIRA, 2008), os conflitos de poder habitam sutilmente ou explicitamente a cotidianidade. Podem ser percebidos em diferentes cenários, onde se denota a busca por um nivelamento entre os órgãos mantenedores e responsáveis pela salvaguarda do patrimônio em âmbito mundial, nacional ou local, cujos interesses nem sempre são consoantes. Neste sentido, os preceitos que guiavam a escolha dos bens e as diretrizes da preservação apontadas pela UNESCO, órgão das Nações Unidas voltado para a Educação, Ciência e Cultura, por exemplo, alargaram-se, abrangendo:

(...) não somente monumentos suntuosos representativos do ponto de vista dos poderes hegemônicos, mas também construções mais simples e integradas ao dia-a-dia das populações (como estações de trem e mercados públicos) e, mais recentemente, os bens culturais de natureza intangível como expressões, conhecimentos, práticas e técnicas populares (PELEGRINI e FUNARI, 2008, p. 35).

Ainda assim, as discussões estão distantes do esgotamento e caráter consensual, com problemas decorrentes do “processo de patrimonialização” apontados frequentemente. Funari e Pelegrini (2006) questionam, no âmbito desta política, se houve a corroboração para, mais uma vez, se afirmar certa dicotomia cultural entre os povos desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Para tanto, avaliam a lista dos bens materiais inicialmente apontados como obras-primas da humanidade e a proeminência dos referenciais culturais ocidentais.

A maior parte destes se encontra no continente europeu e, quando em outras regiões, neles são percebidos os traços de valores culturais introduzidos durante o processo de colonização. “Isso significa que as grandes civilizações do passado recebem mais atenção do que as sociedades que não dominaram outros povos nem deixaram construções monumentais” (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 27). O quadro se inverte, porém, na observação dos registros do patrimônio intangível: os bens imateriais registrados em princípios do século XXI reconhecem e privilegiam as culturas distintas das ocidentais (FUNARI e PELEGRINI, 2008, p.54).

1.3 A Formação do Patrimônio da Cidade de Jaguarão: o caráter seletivo das políticas preservacionistas

Até então, pretendi observar o contexto mais amplo – relativo às políticas de preservação nos cenários brasileiro e internacional –, para melhor compreender e tratar o momento no qual foram promovidas as primeiras ações que vieram a estabelecer noções e a contemplar o patrimônio do município fronteiriço de Jaguarão. Embora o legado cultural da cidade já fosse alvo de discussões em períodos precedentes, somente a partir da década de oitenta do século XX tiveram início os trabalhos mais significativos, voltados à questão, e se elaborou um plano concreto de estudos e empreendimentos no que tange ao patrimônio local, norteador e referencial, até hoje, para boa parte das políticas de preservação.

No ano de 1986, a *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* destinou uma verba à prefeitura da cidade para realizar o inventário de seu patrimônio cultural. No entanto, a equipe que compunha o projeto, por questões apontadas como o tempo hábil, por exemplo, decidiu centrar-se exclusivamente na realização do inventário do patrimônio arquitetônico (OLIVEIRA e SEIBT, 1988, p.17). Através do “Projeto Jaguar” – um convênio entre a Fundação Nacional Pró-Memória, a prefeitura jaguareense e a Universidade Federal de Pelotas, com uma equipe composta, em sua maioria, por acadêmicos e professores da faculdade de Arquitetura e Urbanismo –, foi realizado pioneiramente o exaustivo trabalho de levantamento fotográfico, estudo e catalogação, com mais de seiscentas fichas de cadastro, dos prédios da cidade. Estabeleceram-se, ainda, as posturas para a conservação de seu conjunto histórico.

Jaguarão é reconhecida por seus conjuntos de edificações ecléticas, as quais, segundo Oliveira (2005, p. 13), constituem um acervo: “(...) sem similar em número e estado de conservação no Rio Grande do Sul”. Percebe-se o destaque para os refinados casarões elaborados nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, período que demarca o apogeu da construção civil local. É possível notar que o empreendimento inicial e os planos subsequentes, voltados para o legado cultural da cidade, concentrados

no patrimônio edificado, contemplaram mais significativamente os diferentes tipos de linguagens arquitetônicas, elementos compositivos formais, materiais e técnicas então utilizadas, de maneira a priorizar a História dos padrões estéticos das construções e planos para a preservação da cultura material, com maior ênfase, para as classes abastadas.

A noção de valor que constitui, perpassa e confere sentidos àquilo que vem a ser foco e ponto de incidência das discussões e práticas preservacionistas está imbricada, necessariamente, em um cenário político. Assim como os acontecimentos não aparecem no horizonte da História sem que se fale deles sob determinado viés, o mérito cultural que eleva determinados bens à esfera patrimonial revela uma visão construída de acordo com critérios políticos de seleção, embora, muitas vezes, se simule uma tendência à naturalização. Segundo García Canclini:

O patrimônio cultural funciona como recurso para reproduzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que conseguem um acesso preferencial à produção e à distribuição dos bens. Para configurar o culto tradicional, os setores dominantes não apenas definem que bens são superiores e merecem ser conservados; também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, do tempo de trabalho e de ócio, para imprimir a esses bens qualidade e refinamento (GARCÍA CANCLINI, 2006, p.195).

Apreciar e proteger os sítios arquitetônicos, que traduzem estilos requintados e linguagens variadas, e evitar a sua descaracterização, implica perceber na paisagem urbana importantes elementos para a compreensão da História local. Cabe, porém, observar para que não se trate enfaticamente a trajetória de determinados segmentos por meio de seu legado material, neste caso, o referente às elites, de modo a deixar toda uma trama contextual em local secundário ou, até mesmo, em omissão. Fernandes aponta para a existência de uma política patrimonialista no país que:

(...) preservou a casa-grande, as igrejas barrocas, as forças militares, as câmaras e cadeias como as

referências para a construção de nossa identidade histórica e cultural e que relegou ao esquecimento as senzalas, as favelas e os bairros operários (FERNANDES *apud* FUNARI, 2007, p. 62).

Reduzir a rede de um complexo social, demarcado por uma multiplicidade de manifestações que se interpenetram, e mascarar o caráter deste espaço de luta material e simbólica, gera e consolida um olhar míope em torno do passado e produz diversas lacunas, concomitantemente, no entendimento da História. Sob o requinte material dos acervos arquitetônicos – que refletem remodelados referenciais, simbolismos e demais elementos inseridos no processo de colonização pelos europeus –, encontra-se uma série de vestígios de grupos excluídos perante a hegemonia da história oficial e de projetos patrimoniais, a espera de outras abordagens.

O ápice do desenvolvimento econômico e cultural de Jaguarão assentou-se, significativamente, em um alto contingente de escravos, conforme sublinha Sérgio da Costa Franco (1980, p.94), baseado em um levantamento populacional do ano de 1833. Dos 5.457 habitantes, 2.601 eram negros e destes apenas 70 indivíduos eram livres. Em termos de população masculina, os negros chegavam a superar os brancos. O número de escravos, expressivo no período preliminar da Vila Municipal, continuou marcadamente acentuado ao longo da formação da cidade. Em 1859, o índice de 5.056 cativos era inferior, no contexto rio-grandense, somente ao de Porto Alegre, com 8.417 escravos. Ressalte-se a superioridade com relação aos índices de Pelotas, importante pólo escravista, com 4.788 cativos, e aos de Rio Grande, movimentada zona portuária, que contava com 4.369 escravos (DARONCO, 2009, p. 275).

Ainda assim, a influência dos africanos cativos e de seus descendentes, no cerne da sociedade jaguareense oitocentista, embora marcante e relacionada com diversos aspectos de sua configuração, permanece deslocada e pouco compreendida, em grande parte, no que tange às leituras em torno da sua formação cultural e do seu legado patrimonial. Ao debruçar-se sobre as características da região, Rosa, por exemplo, em desconsideração aos dados disponíveis, estabelece que “o povoamento de Jaguarão, na extrema linha

meridional do Rio Grande do Sul, é pura e exclusivamente português” (ROSA, 1952, p.8). Neste sentido, torna-se pertinente apontar as considerações de Tonkin, quando alerta que “os indivíduos e grupos podem ser interpelados ou ocultados por representações públicas do passado que parecem garantir sua identidade ou negar sua significatividade” (TONKIN *apud* LÓPEZ, 2006, p.182).

Percebemos que a escravidão está imbricada mesmo na formação das construções arquitetônicas sobre as quais incidem veementemente as abordagens patrimonialistas. Foi a exploração do trabalho escravo, como fator de base, que proporcionou, em grande parte, o desenvolvimento econômico e o acúmulo de riquezas que se refletiram, por fim, na arquitetura civil das classes senhoriais. Suas incidências, contudo, não se restringem somente a este plano. Revelam-se, também, na própria utilização da mão-de-obra cativa no processo construtivo, e em outros aspectos da disposição das edificações, em função da comum presença de escravos no interior de residências.

Muitos dos casarões abrigavam os escravos não apenas durante a execução dos serviços domésticos, mas também serviam como moradia ou para que passassem a noite durante a prestação de eventuais serviços, pois o paradeiro do cativo era apontado como de inteira responsabilidade de seu senhor. Assim indica o Artigo 23 do Código de Posturas da Câmara Municipal de Jaguarão, de 1871: “Não é permitido ao senhor de escravo consentir que este viva sobre si, dentro da cidade e seus subúrbios, sendo sempre obrigados os escravos a pernoitar em casa de seus senhores ou amos, quando andarem na rua como cangueiros” (AZEVEDO, 1912, p.107).

Porém, há que ressaltar que esse processo de elisão da escravidão se dá em outros contextos sul-americanos. Tome-se, por exemplo, o caso da Argentina. No país austral da América do Sul, Daniel Schávelzon, com base em abordagens da cultura material, delineou interessantes aspectos de “uma Buenos Aires de cultura africana que se esqueceram de contar-nos” (SCHÁVELZON, 2003, p 79). No estudo intitulado “*Buenos Aires Negra, Arqueologia histórica de una ciudad silenciada*”, cita-se a revisão de um conjunto de planos existentes no *Archivo General de la Nación*, de fins do século XVIII, que permitiu que se localizassem em edificações de classes abastadas, “áreas de servidão” bem definidas, os espaços para a moradia e

trabalho de cativos domésticos, que integravam os opulentos casarões (SCHAVELZÓN, 2003, p.117).

As escavações arqueológicas realizadas durante o período de restauração de uma casa central, destinada a abrigar o *Museo de la Ciudad*, permitiram que fossem desvendados, entre resquícios de tempos diversos, distintos aspectos do cotidiano de uma residência, situados em princípios do século XIX – as mesclas da cultura material pertencente à família proprietária e fragmentos de objetos pertencentes aos seus criados. Junto às refinadas cerâmicas espanholas, vasilhas importadas da Inglaterra e outros resquícios de peças advindas da Europa, localizaram-se no sítio artefatos produzidos pelos trabalhadores escravizados, como instrumentos domésticos improvisados, ossos e pedras de uso ritual e artefatos destinados a jogos, como o xadrez e as damas (SCHAVELZÓN, 2003, p.128). As investigações desencadeadas a partir de tais achados, baseadas na análise de artefatos místicos e de uso cotidiano, produzidos por escravos, e de outros escavados em zonas estratégicas da cidade, evidenciaram formas de afirmação cultural.

Valendo-me desta referência, tratei apenas de esboçar um parco exemplo que, talvez, ilustre a importância de se propiciar abordagens e perspectivas multidisciplinares em torno dos bens patrimoniais e, em especial, dos acervos de edificações. Com o foco desviado do enaltecimento das fachadas arquitetônicas, e da interpretação larga e isolada de documentação escrita, que privilegia determinados setores da sociedade, poderemos formular leituras mais apuradas do patrimônio cultural e, por conseguinte, menos restritas em sua representatividade. Compreender detidamente as características de certas construções de unidades produtivas campestres, estruturas de antigas charqueadas e residências dos segmentos escravagistas, na zona rural e no cerne do núcleo urbano jaguarense do século XIX, permite que se vislumbre o quanto estes artefatos relacionam-se, também, com a trajetória de africanos e de seus descendentes no meio sulino do país. A História das elites do período encontra-se frequentemente emaranhada com o legado e a cultura material de seus escravos. Observar atentamente as diretrizes que regem a esfera patrimonial e os tácitos critérios que entremeiam as políticas de preservação, buscando a pluralidade e diferentes enfoques nas

narrativas, levará ao entendimento de realidades multiculturais e tensões que, muitas vezes, passam despercebidas, ignoradas, nas leituras de paisagens antigas das cidades.

Assim, nos próximos capítulos, entre os resquícios materiais da paisagem do meio rural de Jaguarão, sinalizo para alguns dos locais, atrelados à trajetória de consolidação da zona fronteira que, no decorrer do século XIX, contaram com a presença e a participação de escravos em sua formação. Busco arrolar determinadas propriedades, entre estâncias e charqueadas, como bens significativos para a compreensão do contexto histórico do pampa escravista, valendo-me das contribuições de pesquisas que contemplaram o mapeamento geográfico e discutiram a conformação da tessitura histórico-social da fronteira sulina, em atenção aos índices de cativos.

Em seguida, no cenário urbano da Jaguarão oitocentista, avalio como as necessidades de manutenção da ordem escravista influenciaram a conformação de determinados espaços públicos – os códigos de posturas da municipalidade, voltados especialmente para os escravos, e a criação de zonas hierárquicas, locais em que eram impedidos de circular e outros em que eram encontrados com frequência desempenhando as mais variadas atividades. Nos ambientes privados dos casarões senhoriais, em alusão ao trabalho dos escravos domésticos, localizo determinados artefatos que permaneceram nas abastadas residências e remetem-nos a presença negra, invisibilizada, em grande parte, no jugo desta sociedade.

Para melhor pautar essas questões, será útil que, antes, vejamos os contextos sociais de atuação dos escravos na Jaguarão do século XIX.

Capítulo 2 - Os contextos sociais de atuação de escravos e senhores no povoamento e consolidação da fronteira sulina

2.1 Entre as possessões de duas coroas – a ocupação das terras do extremo meridiano do Brasil

A documentação textual referente ao processo de ocupação do território onde se encontra atualmente o município de Jaguarão, notadamente aquela atinente ao período colonial tardio, em fins do século XVIII e princípios do século XIX, revela, principalmente, acordos e trocas entre os agentes do expansionismo lusitano e espanhol, ações conflitivas entre estes, e estratégias, de ambas as partes, pela posse dos novos domínios. Na obra “Origens de Jaguarão”, o historiador Sérgio da Costa Franco (1980, p.9) aponta para o artigo IV do Tratado de Santo Ildefonso, compactuado em 1777 entre as coroas do ultramar, e menciona sua clara alusão ao direito primeiro dos espanhóis na demarcação das terras do extremo meridiano do Brasil.

Mais adiante, o documento estabelece que, na ausência de consenso entre as comissões demarcadoras sobre o sentido preciso na compreensão dos limites da fronteira, o campo de discórdia constituir-se-ia em uma zona neutra, isenta de ocupações. Entre as Lagoas Mirim e Mangueira, segundo o documento assinado por D. Maria I, Rainha de Portugal, e Carlos III, Rei da Espanha, firmou-se no período:

Um espaço suficiente entre os limites de ambas as nações, ainda que não seja de igual largura á das referidas lagoas, no qual não possam edificar-se povoações por nenhuma das duas partes, nem possam construir-se fortalezas, guardas ou postos de tropas, de modo que tais espaços sejam neutros, pondo-se marcos e sinais seguros que façam constar aos vassalos de cada nação o sítio de que não deverão passar, a cujo fim se buscarão os lagos e rios que possam servir de limite fixo e inalterável, e em sua falta o cume dos montes mais sinalados, ficando estes e as suas faldas por termo natural e divisório, em que não se possa entrar, povoar, edificar nem fortificar por alguma das duas nações (Artigo 5º do Tratado de Santo Ildefonso, assinado em San Ildefonso em 1º de Outubro de 1777).

De acordo com Maestri (1980, p. 128), os chamados campos ou terrenos neutrais, desvincilhados das possessões de Portugal e Espanha, pois, na verdade, era desconhecida ainda vasta área do continente, no decorrer de um espaço prolongado de tempo foram “terra de ninguém” e cenário para a interação de diversos grupos e transações clandestinas. Neste contexto, a faixa territorial localizada entre os rios Piratini e Jaguarão, fez-se objeto de desejo e cenário de disputas entre os colonizadores ibéricos.

Limites territoriais estabelecidos entre Portugal e Espanha, Séc. XVIII

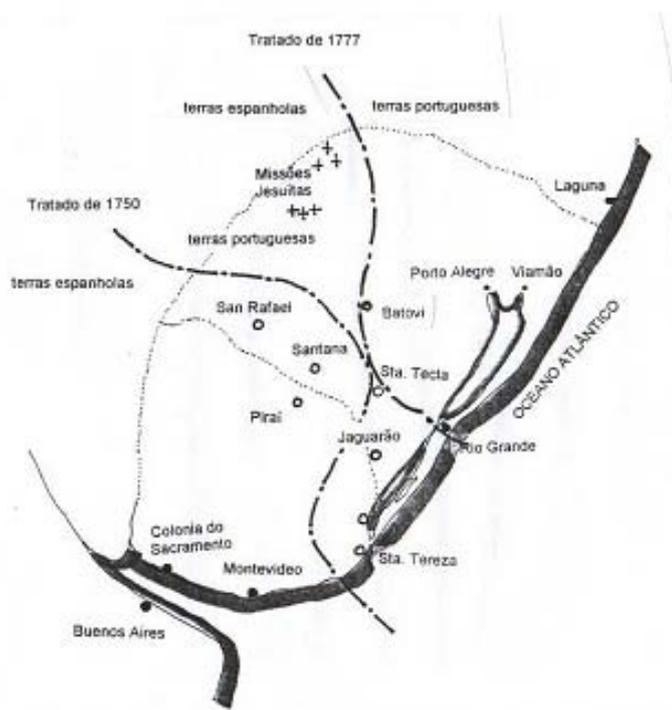


Figura 1. Fonte: MARTINS, R. D. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguai: a construção da cidade de Jaguarão*. Universitat Politècnica de Catalunya, 2001.

Determinados requerimentos de sesmarias, e os relativos processos analisados, apontam concessões efetuadas pelas autoridades portuguesas, em desrespeito ao tratado estabelecido, entre 1790 e 1792, em proximidade à lagoa Mirim e seus afluentes, e na região costeira do rio Jaguarão (FRANCO,

1980, p.11). O posterior mapeamento das propriedades possibilitou verificar que a maior parte delas se situava, porém, na zona da nascente do curso d'água, enquanto que, a partir do século XIX, as demarcações voltavam-se para efetivar, nos domínios ao sul, o avanço português. À oeste do futuro povoado, ocuparam-se as margens do Arroio Telho e seguindo à direção leste, a orla da Lagoa Mirim até o chamado Arroio Grande.

Sabe-se, também, da fundação de guardas espanholas ao norte do rio Jaguarão, em 1792, sob a administração do Vice-Rei Arredondo, com vistas a conter o alastramento lusitano. Estavam localizadas, em diferentes pontos, as chamadas Guardas do Serrito, do Quilombo, de São José e de Santa Rosa. Devido à impossibilidade de resistência dos pequenos postos perante a ofensiva militar portuguesa, ocorrida em 1801, acredita-se que fossem estabelecimentos pouco significativos e desestruturados, com dificuldades para o abastecimento e fixação. A chamada “Guarda do Quilombo” situava-se entre o arroio homônimo e o arroio Telho. No que tange a uma ocupação quilombola na região, em função do topônimo corrente desde os anos primeiros do século XIX, Maestri afirma que: “(...) por se tratar de uma fronteira entre as possessões das duas coroas (...) deve ter sido lugar ideal pra o refúgio de escravos espanhóis e lusitanos, nos últimos anos do século XVIII”. O historiador alerta, contudo, que não se tem referência direta a estes focos de resistência na região banhada pelo Jaguarão, sendo este “outro ponto de nossa história que merece ainda uma elucidação e comprovação positiva” (MAESTRI, 1980, p. 128).

No ano de 1801, um conflito sem grandes proporções no continente europeu repercutiu no Brasil e culminou decisivamente para sua conformação e, em especial, na consolidação da fronteira sulina. Pressionado por Napoleão Bonaparte, Carlos IV, rei hispânico, inclinou-se contra Portugal, e seus soldados, aliados ao exército Franco, invadiram o Alentejo. A cidade de Olivença foi entregue à Espanha e um tratado de paz foi consagrado entre as monarquias. A notícia acerca das desavenças, porém, vinda da Europa com alguma demora, e a perda sofrida pelos portugueses, incentivou a sua expansão no sul do Brasil.

Franco aponta 1801 como o ano em que:

(...) virtualmente se definiu a atual conformação geográfica do Rio Grande do Sul, conquistando-se as Missões, dilatando-se a fronteira oeste em toda a linha, ocupando-se os chamados “campos neutrais” entre o Taim e o Chuí e fixando-se para todo o sempre a divisa do Jaguarão (FRANCO, 1980, P.17).

Sebastião Xavier Veiga Cabral da Câmara, então governador da Capitania rio-grandense, mesmo sem a autorização do Vice-Rei do Rio de Janeiro, buscou reunir forças milicianas e alastrar a raia lusitana, com ações ofensivas e o empreendimento de combates. Os espanhóis, em desvantagem, abandonaram algumas de suas guardas avançadas e recuaram até Serro Largo, sofrendo com os conflitos perdas mais significativas que os portugueses. Em outubro do mesmo ano, o Coronel Manoel Marques de Souza, comandante das ofensivas portuguesas, invadiu com suas tropas também esta localidade e, enfrentando a resistência de cerca de 500 soldados, triunfou sobre o povoado, dirigindo-se, posteriormente, para Rio Grande, e deixando um destacamento no local junto ao Tenente Manoel Xavier de Paiva.

A tomada de Serro Largo durou pouco tempo, pois a Coroa espanhola tomou providências no intuito de reivindicar suas terras, enviando o Marquês Dom Rafael de Sobremonte, com cerca de 3.000 homens municados. Este evento, entretanto, rendeu a captura de muitos animais pelos portugueses. Estima-se que, de diversos meios, um número superior a 10.000 reses foi subtraído do território da Espanha (FRANCO, 1980, p.21). Cientes de que na Europa haviam cessado as desavenças e, apesar do clima de tensão permanente, em função dos locais apossados e requeridos, as autoridades de ambas as partes contentaram-se em fixar seus domínios e proteger a divisa então vigente.

A tropa em acampamento junto ao Cel. Marques, em local de difícil acesso em fins de 1801, com dificuldades para o abastecimento, dirige-se no início do ano seguinte em busca de aproximação para com uma via navegável, que possibilitasse o contato com Rio Grande. Fundada ainda no século XVIII,

esta cidade, no período, concentrava as atividades mercantil-marítimas na região hoje conhecida como Porto Velho. Destacada como um local de prosperidade econômica, integrava-se, e também as demais praças, às redes internacionais do comércio transatlântico.

A procura por um canal de acesso e comunicação com o pólo marítimo foi um fator determinante para a escolha do lugar em que se iniciou a povoação, que deu origem ao município jaguarense. Até então, forças de locais variados regularmente deslocavam-se para a região com o intuito de consolidar os limites fronteiriços estabelecidos. Tratava-se da fase limiar de duas campanhas divididas pela corrente de águas. Em 1802, erigiu-se no povoado a primeira “Casa da Residência”, com o intuito de abrigar os comandantes locais. Além de transações econômicas incipientes esboçava-se, também, o princípio de atividades religiosas.



Figura 2. Tropa cruzando a fronteira, em direção ao povoado formado às margens do rio Jaguarão (Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão – IHGJ. Cópia de uma ilustração de Jean Baptiste Debret; 1823 - 1825).

Compunham a chamada *Guarda do Serrito e da Lagoa*, havendo já, neste momento, equilíbrio entre as partes e relações amistosas para com os espanhóis da margem oposta, em média aproximativa, 260 homens. Estes, segundo as correspondências e pedidos de auxílio do Cel. Manoel Marques ao Brigadeiro Francisco João Roscio, então governador, encontravam-se em “lamentável estado”, há quase um ano em campanha. Em uma correspondência do mesmo ano, é feita, ainda, a alusão às fugas de soldados e de cativos que, em proveito dos eventos conflitivos, penetravam o território oposto. As autoridades de ambas as partes estavam dispostas a capturar os

fugitivos e devolvê-los ao local de origem (FRANCO, 1980, p.28). Esta menção, mesmo que breve, evidencia a presença de escravos já nos anos iniciais da ocupação desta parte da região fronteira.

2.2 A escravidão na capitania rio-grandense e os primeiros escravos na Guarda do Serrito

Entre as últimas décadas do século XVIII e início do século XIX, consolidavam-se as unidades produtivas, com o cultivo de alguns gêneros alimentícios, e a atividade pecuária, no território rio-grandense. Iniciava-se a expansão da produção saladeiril. Helen Osório (2005) demonstra, em “*Campeiros e Domadores: escravos da pecuária sulista, séc. XVIII*”, que o número de cativos por estas paragens era já bastante acentuado. Por outra, entre os anos de 1780 e 1807, a porcentagem de população escrava, sobre a população total do Rio Grande do Sul, oscilou entre os índices de 28 e 36% (OSÓRIO, 2005, p. 2). Em 1819, conforme aponta a autora, os números revelados, sem levar em conta a população afluyente, eram equiparados aos dos grandes centros do Brasil:

(...) examinando o contingente da população escrava no Rio Grande em relação a outras capitanias da América Portuguesa, percebe-se que sua importância é similar a de muitos centros considerados predominantemente escravistas, como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro (OSÓRIO, 2005, p.2).

População do Brasil, 1819.

Capitanias	Livres	Escravos	Total	% escravos
Pernambuco	270.832	97.633	368.465	26,5
Bahia	330.649	147.263	477.912	30,8
RJ e corte	363.940	146.060	510-000	28,6
Minas Gerais	463.342	168.543	631.885	26,7
São Paulo	160.656	77.667	238.323	32,6
Rio grande do Sul	63.927	28.253	92.180	30,6
Brasil	2.488.743	1.107.389	3.596.132	30,8

Tabela 1. Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas Históricas, 1986. Helen Osório *Campeiros e Domadores: escravos da pecuária sulista, séc. XVIII*, 2005, p. 15.

Na Guarda do Serrito, entre os primeiros povoadores, encontrou-se registro considerável de cativos. Estes acompanhavam, em sua maioria, os senhores portugueses que vinham se estabelecer nas cercanias. O primeiro comandante local, o Sargento-Major Vasco Pinto Bandeira, tornou-se estancieiro, senhor de escravos e proprietário de duas fazendas. A análise de seu testamento e inventário, realizados em 1806, permite que se observem, parcialmente, as promissoras atividades econômicas que se processavam na região. Em sua fazenda, localizada na Costa do Arroio Telho, com quatro léguas de comprimento por uma de largura, foram relacionados: “4000 reses de rodeio, 30 reses mansas, 4 bois de lavrar, 6 bois carreiros, 146 cavalos mansos, 11 redomões, 50 potros, 700 éguas de cria, 20 éguas “de colhera”, 625 bestas muares, 3 bestas mansas cargueiras, 18 burros echores, 3 burros burreiros e 19 burras”(FRANCO, 1980, p.30).

Nesta propriedade, posteriormente colocada em arrematação, trabalhavam seis escravos, considerando que se somavam ao patrimônio do fazendeiro oito cativos, deixados em testamento a Dorotéa Antonia de Jesus, junto a uma sesmaria situada à Costa do Arroio Grande, em Herval. Sete, do total de catorze escravos que compunham o legado póstumo do Sargento Major, foram discriminados no auto de arrematação de suas posses, ocorrido em 1807. Destes, três foram apontados como crioulos e quatro como africanos – um Mina, um Benguela, um Rebolo e um Caçangue (*sic*).

A observação da tabela a seguir, que especifica as raízes africanas e as denominações dos escravos introduzidos no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1765 e 1825, revelará que, entre os quatro cativos discriminados na arrematação dos bens de Pinto Bandeira, denota-se a procedência de, pelo menos, três distintas regiões do continente africano: África Ocidental, Angola Norte e Angola Sul. Embora os registros correntes de identificação de escravos refiram-se mais ao porto de embarque na África do que a própria matriz étnica dos cativos, estes dados são considerados, ainda, um interessante indicativo.

Origens africanas dos escravos do Rio Grande, 1765-1825.

África Ocidental	26%
Denominações: Mina Costa Calabar Guiné São Tomé Cabo Verde	
África Oriental	3%
Moçambique	
África Centro-Oeste	71%
Congo Norte	21%
Cabinda Congo Monjolo	
Angola Norte	24%
Angola Camundá Cassange Rebolo Quiçamá Baça	
Angola Sul	26%
Benguela Ganguela	

Tabela 2. Fonte: Helen Osório. *Campeiros e Domadores: escravos da pecuária sulista, séc. XVIII*, 2005, p. 15.

A predominância efetiva, porém, de escravos crioulos sobre africanos, na capitania rio-grandense – de 53 para 47%, entre 1790 e 1805, e de 52 para 48%, de 1810 a 1825 – deve-se ao fato de que, em largos períodos, sua

economia sustentou-se do abastecimento interno à própria Colônia. Entre os anos de 1802 e 1820, o Rio de Janeiro, que se configurava como o principal porto negreiro da América portuguesa, foi responsável pelo envio de 55 a 96% dos cativos que penetraram o Rio Grande do Sul, salvo aqueles que ingressaram por meio de transações clandestinas (OSÓRIO, 2005, p.4).

O português José Pereira da Fonseca, reconhecido como responsável pela fundação da primeira charqueada no rio Jaguarão, tornou-se um dos grandes proprietários de escravos da região. No ano de 1803, foi arrematante da vasta área compreendida como “*Estância Real do Serrito*”, delimitada à leste pela Lagoa Mirim, à oeste pelo já citado Arroio Telho, ao Sul pelo Jaguarão e ao norte pelo Arroio Juncal. O território fora posto em leilão pela Junta Real da Fazenda, e Fonseca intentou demarcá-lo, mas seus antigos ocupantes, em resistência ao deslocamento das moradas estabelecidas, jamais se retiraram em definitivo. Para além das medições oficiais, era necessário proteger e vigiar, na prática, as propriedades.

Em determinado episódio, descontente pelo triunfo de seu opositor na justiça, com relação à posse de terras, Pereira da Fonseca se valeu da força de quinze ou vinte cativos e violentamente expulsou os moradores do local que entendia como de seu pertencimento (FRANCO, 1980, p.34). Não ocorreu de modo pacífico, como se percebe, o processo de repartição dos campos.

2.3 A Instalação da Freguesia

Até o ano de 1810, sabe-se que não havia interesse efetivo, por parte do Comando da Fronteira, na consolidação do embrionário povoado que deu origem ao município jaguareense. A exposição e proximidade do lugar para com a Guarda Espanhola eram consideradas, ainda, fatores de risco pelos militares. Embora prevalecesse a negação de terrenos para casas, era permitido o abastecimento local por meio dos chamados “viandeiros”, pequenos comerciantes que supriam soldados e oficiais, bem como a população dispersa nos campos. Fixados às margens do rio Jaguarão, à vizinhança da Banda Oriental, sua presença era estimulada pela passagem de viajantes e pelo número crescente de lavradores e criadores que visavam à instalação nestes domínios.

Em 1811, são concedidos, por fim, os primeiros terrenos urbanos da guarda e, no ano seguinte, uma resolução régia cria a *Freguesia do Espírito Santo do Serrito*. Estes anos foram demarcados pela Campanha do Exército Pacificador, comandada pelo governador Dom Diogo de Souza, quando se penetrou a região oriental, com o propósito de defesa dos interesses dos espanhóis contra as lutas de independência das Províncias Unidas do Rio da Prata.

Os conflitos internos no território vizinho sempre repercutiram e geraram movimentação na localidade. Em alguns momentos, ocasionaram verdadeiro clima de tensão, perante as possibilidades de invasão como reflexo do cenário agitado. Porém, a vinda de oficiais e soldados de vários lugares para vigiar a divisa ou intervir quando necessário, culminou na oxigenação da economia e crescimento do povoado, consolidado como zona de operações. Após o breve período de concessões de terrenos, no qual se erigiram construções de pedra e cal e estabeleceram-se olarias, ainda em 1811 as doações cessaram, em função de uma notícia de que a “*Estância Real do Serrito*” havia sido presenteada, por parte do príncipe-regente Dom João, à chamada Baronesa, e depois Viscondessa, de Magé.

A porção de terras teria sido ofertada à esposa do português Matias Lobato, em 1809, e o casal reivindicava o seu legado. O Barão moveu ações no sentido de tomar posse da terra que havia sido arrematada ao charqueador Pereira da Fonseca, e seu conterrâneo solicitava um ano de prazo para a negociação e o pagamento das benfeitorias que havia feito no local, no qual instalara e equipara a sua charqueada. Em 1813, uma provisão separou e especificou os territórios destinados à doação para os requerentes, e o terreno intitulado “*Estância ou Postos Espanhóis de Serrito e Rincão da Cavallhada*”, reivindicado em diligências, foi entregue à Matias Lobato e à Baronesa.

Os domínios de outros fazendeiros e dos quartéis da guarda, com os lotes voltados para novas moradias da Freguesia, foram mapeados e medidos oficialmente em 1814. No estudo do piloto Maurício Inácio da Silveira, definiram-se como limites da área reservada para a povoação da Guarda do Serrito “meia légua de fundo a contar das margens do Jaguarão, desde o arroio dos Lagoões, em cuja foz se situava a charqueada de José Pereira da Fonseca, até, no extremo leste, o arroio do Quartel-Mestre” (FRANCO, 1980, p.48-49).

Vencido o entrave com relação à posse da gleba, passa a ser concedido, também, pelo governo da capitania, maior número de chácaras suburbanas de menor porte. Os locais preferidos para a instalação dos sítios eram aqueles em proximidade ao rio que deu nome à cidade que nasceu às suas margens, ou à beira de seus afluentes. A Viscondessa de Magé acabou, por fim, abandonando as terras incultas, pelas quais lutara veementemente, e novos criadores e lavradores se estabeleceram no antigo latifúndio. Quando, algum tempo depois, em 1848, o presidente da Província, General Soares Andréa, visou retomar as terras em questão, encontrou nos domínios, de acordo com um levantamento realizado pela Câmara Municipal, 66 lavradores e fazendeiros, com suas famílias e escravaria. Na relação fornecida, as mais modestas propriedades dos posseiros possuíam cerca de 100 braças e alguns poucos cobertos de capim, enquanto que, por outro lado, o Comendador português, Francisco José Gonçalves da Silva, possuía uma área equivalente a quatro léguas, duas casas cobertas de telhas, 5 cercados, charqueada, 12 escravos, criação de gados e lavouras (FRANCO, 1980, p.84).

2.4 A escravidão nas estâncias jaguarenses e núcleos rurais do século

XIX

Nos antigos núcleos rurais, rodeando mais ou menos a casa do estancieiro erigiam-se muitas habitações, nas quais moravam as pessoas envolvidas no funcionamento do estabelecimento, e construía-se, também, as casas para os filhos, na medida em que se casavam. Este grupo de construções, onde se destacava a casa do proprietário, geralmente ocupava um lugar privilegiado geograficamente, dominando a paisagem circundante, composta, ainda, pelas casas do capataz e dos empregados mais próximos, casas de hospedagem, depósitos de mantimentos, etc. Os currais e as “mangueiras” frequentemente configuravam as localidades, como espaços destinados ao trabalho com o gado, geralmente rodeados por uma mureta de pequena altura feita de pedra. Nas estâncias maiores e mais distantes do povoado era comum a construção de uma pequena capela e, muitas vezes, até do cemitério (MARTINS, 2000, p.94).

Compunham comumente o cenário da capitania agrária do Rio Grande do Sul, entre as primeiras décadas do século XIX, locais geralmente dedicados simultaneamente à agricultura e à pecuária, onde predominava, em grande parte, o trabalho escravo. Estudos comprovaram que os cativos desempenharam um importante papel nas sedes campestres e no manejo pastoril do Rio Grande, onde se pensava que, em função das características da região, teria imperado mais o trabalho de peões livres e pouco numerosos (OSÓRIO, 2005 p.1). Daí que as estâncias de maior porte, por sua vez, possuísem senzalas, as habitações para os escravos, aos fundos da casa principal. As precárias moradias, voltadas aos cativos, caracterizaram-se, muitas vezes, por possuírem janelas com grades, cercadas por muros ou isoladas por portão (MARTINS, p.94).

Em levantamentos realizados nas moradas dos senhores estancieiros do Rio Grande do Sul, no período correspondente aos anos de 1750 a 1885, localizaram-se senzalas nas Fazendas da Palma, no município de Pelotas, da Arvorezinha, em Piratini, e do Cristal, em Canguçu (GUTIERREZ, 1999, p.62). Tendo em vista o número reduzido dos sítios encontrados, percebe-se a

dificuldade que impera, ainda, em sua identificação e mapeamento. Gutierrez (1999) indica, em *Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas*, possíveis razões para a quase inexistência de dados sobre os espaços destinados aos escravos das estâncias do sul do país:

(...) primeiro, por segurança, as instalações destinadas aos cativos [provavelmente] encontrassem-se fora do perímetro da morada do senhor, principalmente as daqueles escravos que não trabalhavam no âmbito doméstico; segundo, os levantamentos não tiveram a preocupação de investigar as antigas funções dos compartimentos atualmente ocupados em outras atividades; terceiro, os escravos domésticos, em número reduzido, mais brancos e mais confiáveis que os demais, dormiriam onde durante o dia exerciam o seu labor. É possível que as mucamas dormissem aos pés das sinhazinhas, assim como as cozinheiras se aconchegassem perto do calor do fogo no chão das cozinhas. Também seria comum habitarem construções levantadas com materiais precários, na proximidade da sede (GUTIERREZ, 1999, p.63).

Junto à Fazenda “Santa Izabel”, no 1º distrito de Jaguarão, nas terras que eram pertencentes à família do Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, as características de uma antiga construção que está atualmente em ruínas – sua localização em relação à casa senhorial, recorte temporal e o gradil das janelas – levam os proprietários e funcionários a apontarem a moradia como remanescente de uma possível habitação de escravos. A ausência de documentação escrita impede, porém, uma avaliação mais positiva. Resta-nos, apenas, aguardando futuras investigações, o registro local.

Fazenda Santa Izabel



Figura 3. Sede da Fazenda Santa Izabel. 1º distrito de Jaguarão.
Foto de Andréa da Gama Lima. Março/2010.



Figura 4. Construção em ruínas, apontada como uma antiga senzala,
junto à Fazenda Sta. Isabel.
Foto de Andréa da Gama Lima. Março/2010. Jaguarão



Figura 5. Construção em ruínas junto à Fazenda Sta. Izabel.



Figura 6. Gradil da construção em ruínas.

Em *Estâncias Fortificadas* (2009), com base na análise de seis inventários em que foram arroladas terras em Jaguarão, Gutierrez aborda as condições do trabalho cativo nas unidades produtivas rurais destas paragens. Entre os bens inventariados de seis estancieiros, entre os quais se enquadra o Comendador português já citado, Francisco José Gonçalves da Silva, com o recorte temporal estabelecido entre 1816 e 1865, o número de cativos encontrados variou entre 7 e 54 escravos. As terras do senhor possuidor de maior índice de escravos na relação, Manoel Amaro da Silveira, compõem atualmente o município de Herval, levando em conta que até determinado período esta localidade, bem como Arroio Grande, fazia parte dos territórios do município jaguarense.

As propriedades dos senhores Francisco Faria Santos, Ignácio José de Leivas e Joaquim Porciúncula eram próximas e localizavam-se à oeste da área urbana de Jaguarão – a gleba pertencente a Francisco de Faria Santos situava-se no encontro dos Arroios Telho Chico e Quilombo, a de José de Leivas entre os arroios do Meio e do Telho, e a de Joaquim Porciúncula entre o Arroio do Meio e o Rio Jaguarão. A propriedade de Ignácio Félix Feijó estava

instalada à leste da cidade, banhada pela lagoa Mirim, em proximidade às posses do senhor Francisco José Gonçalves da Silva.

Manoel Amaro da Silveira, entre os senhores de escravos cujos inventários foram analisados por Gutierrez, foi considerado o de maior fortuna registrada. Proveniente de uma família de açorianos, Manoel Amaro casou-se com a sesmeira Maria Antônia Muniz, filha de um fidalgo português, e adquiriu suas terras em 1817. No final de sua vida, possuía 54 escravos e era dono de muitas propriedades, distribuídas entre os distritos da Freguesia de Piratini e Jaguarão. Entre seus escravos listados, a maioria era especializada em determinada ocupação: 26 eram campeiros, quatro lavradores, três sapateiros, um carpinteiro, um aprendiz de carpinteiro e um alfaiate. Dez não foram designados para o desempenho específico de alguma função, assim como as mulheres cativas, que constavam em número de oito.

Gertrudes, crioula, tinha 50 anos, e Joana, Benguela, 48 anos, eram as mais velhas da relação. As outras escravas ainda não tinham alcançado a idade adulta e possuíam entre 7 e 15 anos. Entre os escravos, foi listada ainda uma criança do sexo masculino, de 12 anos. Ao todo, as crianças não chegavam a 10% da relação, e as mulheres a 5%. (GUTIERREZ, 2009, p.206). As atividades pastoris eram desempenhadas, em suma, por homens. No rebanho constavam 17.400 reses de rodeio, 400 reses mansas 400 cavalos mansos, 30 potros inteiros, 20 bois mansos, 200 éguas de rodeio, 200 éguas alçadas e 300 ovelhas.

Francisco de Faria Santos recebeu terras na *Freguesia do Espírito Santo do Serrito*, no ano de 1815. A abertura de seu inventário, em 1816, revelou as características de funcionamento de sua propriedade, de 1.650m, amparada no trabalho pastoril. Possuía um rebanho composto por 145 reses mansas, oito bois mansos, seis bois carreiros e duas manadas de éguas com quarenta animais. Francisco de Faria listou entre seus bens sete escravos, cinco em idade adulta, africanos, e duas crianças. Os adultos – três homens e duas mulheres – tinham entre 20 e 40 anos: Antonio da Costa, Miguel Benguela, João Congo, Rita (de nação) e Maria Quisana.

Ignácio José de Leivas, por sua vez, recebeu sua sesmaria, também, no ano de 1815, e três anos após realizou-se seu inventário, no qual se listava a

estância na Costa do Arroio do Telho. No rebanho havia 400 reses de criar, 50 vacas leiteiras, 24 bois lavradores, 26 bois carreiros, quarenta cavalos mansos, quarenta éguas em duas manadas e 202 ovelhas. Registraram-se, também, instrumentos para se trabalhar a terra, na qual provavelmente se cultivasse, entre outros gêneros, farinha, milho e mandioca. Dez cativos viviam na propriedade, 5 adultos e 5 crianças, com idades entre um e sete anos. Dos escravos em idade adulta, quatro eram homens, entre 16 e 35 anos: Domingues Benguela, João Congo, Antônio Cabinda e Fortunato Crioulo, e a escrava chamava-se Joaquina Maquimbé.

Inácio Félix Feijó teve seu inventário aberto em 1823. Recebera terras em 1814, e, além de seu campo, possuía uma casa com cozinha coberta de capim na área urbana, na zona do porto, e um terreno na mesma localidade. Na sesmaria, junto à criação de rebanho, trabalhavam oito escravos, com predominância de sete cativos do sexo masculino para uma mulher: Lazaro Mulato, carpinteiro, de 30 anos, foi o escravo mais valorizado, seguido por Joaquim Rebolo, que foi registrado como campeiro. João Rebolo, Vicente Congo, José Rebolo e Antonio Costa completavam a relação, seguidos da escrava Maria dos Santos, com idades entre 16 e 50 anos (GUTIERREZ, 2009, p.211).

Joaquim Manoel Porciúncula teve seu inventário aberto em 1832. Neste mesmo ano, foi instituído, por ato regencial, em nome de Dom Pedro II, o município de Jaguarão, instalado no ano seguinte, com a formação da Câmara de Vereadores. O Governo da Província recomendou, então, um recenseamento. No *Mapa Geral*, de 1833, se percebe a relativa riqueza que tinha conquistado a cidade, a partir do alto índice de trabalhadores escravizados: 2.601 habitantes foram classificados como “pretos” e destes, 2.531 eram cativos. Entre os homens, os negros superavam os brancos, 63,7% deles tinham entre 11 e 40 anos, idade apta para o trabalho.

Quanto à população livre, além dos oriundos de diversos locais do Rio Grande do Sul, em maior número da Freguesia de Rio Grande, denota-se forte influência açoriana na composição da população branca e também do reino de Portugal. “Pela condição de guarda fronteira, porto fluvial e empório de comércio, assinalou-se Jaguarão por tido sempre uma considerável população

flutuante, donde resultava uma tendência exogâmica (*sic*) muito acentuada” (FRANCO, 1980, p.97).

Entre os bens de Manoel Porciúncula constava uma morada de casas na área urbana, com um terreno contíguo, e um campo com um terreno de três léguas, com animais e 14 cativos de sua propriedade. Cinco destes estavam distribuídos entre seus herdeiros e, do total, sobre oito não se tem informações. A única mulher arrolada, servia a uma das herdeiras deste senhor, 5 escravos foram apontados como campeiros, dois como pedreiros e um como sapateiro. Dois foram discriminados como africanos, José Mina, campeiro, de 70 anos, e Joaquim Congo, de 26, sem função declarada.

O inventário de Francisco José Gonçalves da Silva, por sua vez, realizado no ano de 1865, com o advento de sua morte, seguido pela morte da esposa, fornecerá elementos para a análise da contextura histórico-social da fronteira sulina, pertinentes para a o entendimento da configuração da paisagem cultural do interior de Jaguarão. Muitas estâncias, preservadas neste contexto, originaram-se das terras do Comendador.

Conforme aponta Martins (2001), se, em um primeiro momento, as propriedades rurais e estâncias do Sul do Brasil foram erigidas de modo simples, como ranchos de materiais rudes e precários, a fim de cumprir com sua função imediata, a de dar abrigo, com o passar do tempo, algumas edificações começaram a solidificar-se e, em função da característica de instabilidade da fronteira – necessidade de proteção e fixação dos territórios –, determinadas moradas ergueram-se, mesmo, como fortalezas. As chamadas *Estâncias Fortificadas*, remanescentes do período, próprias do ambiente demarcado pelas escaramuças e conflitos de posse de terras, demonstravam a necessidade de proteção não só contra as ameaças externas, mas também daquelas provenientes do pátio – o local de concentração maior dos cativos.



Figura 7. Estância Fortificada, no interior de Jaguarão

Fonte: MARTINS, R. D. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil - Uruguai: a construção da cidade de Jaguarão*. Universitat Politècnica de Catalunya, 2001.

O sólido e denso complexo arquitetônico encontrado em algumas estâncias da região, para alguns autores, seria um dado representativo da ideia dos riscos de revoltas dos escravos contra os seus donos, que apontaria a inconsistência da tese, sustentada em grande parte, de que os escravos teriam recebido um bom tratamento nas fazendas pecuaristas sulinas (MARTINS, 2001, p.195). Nas terras que pertenciam ao português Francisco Gonçalves da Silva, foram localizadas algumas edificações deste tipo, bem como em proximidade à região do Arroio Telho e adjacências. Era correspondente ao latifundiário, a área de aproximadamente 29.700 m, limitada ao norte pelo Arroio Juncal, ao Sul pelo rio Jaguarão, a leste pelo banhado Quartel-Mestre e à Oeste pela Lagoa Mirim (GUTIERREZ, 2009, p.182).

A denominada “Estância Velha”, de meados do século XIX, localizada próxima à nascente do Arroio Juncal, é uma das mais antigas propriedades da região, preservada como tal. Por meio de uma falha no reboco, percebe-se que parte de sua estrutura foi erguida em pedra, assim como sua base aparente, e a mangueira que, ainda possui, à esquerda da sede. Na parede direita da construção, se sobressaem as “seteiras”, rasgos verticais para a colocação de armas de fogo, para a defesa da propriedade. Na visita realizada à Estância Velha, o atual arrendatário, conhecedor da região, crescido nas cercanias, contou-nos que, quando criança, em dia de finados, costumava visitar com a mãe um cemitério de escravos, situado nas proximidades desta sede campestre. O sítio descrito como um terreno plano, com algumas cruzeiras cravadas diretamente na terra, alude-nos à constituição de zonas hierárquicas

entre cativos e senhores, não apenas na morada dos vivos, mas também na morada dos mortos.

Estância Velha – Jaguarão



Figura 8. Estância Velha. Foto de Andréa da Gama Lima. Abril/2010



Figura 9. Seteiras na parede lateral direita da propriedade Estância Velha. Foto de Andréa da Gama Lima. Abril/2010.



Figura 10. Detalhe das seteiras – vista interna
Estância Velha. Foto de Andréa da Gama Lima. Abril/2010.



Figura 11. Pátio interno da residência
Estância Velha. Foto de Andréa da Gama Lima. Abril/2010.



Figura 12. Mangueira
Estância Velha. Foto de Andréa da Gama Lima. Abril/2010.



Figura 13. Mangueira. Estância Velha. Foto de Andréa da Gama Lima. Abril/2010.

Encontramos em outra estância, situada próxima às margens do Arroio Telho, características semelhantes. Uma grande muralha em pedra para a proteção da sede senhorial, bem como seteiras para a vigia em todos os lados da propriedade, e, finalmente, uma grande mangueira próxima, também erguida em pedra.

Estância fortificada, próxima às margens do Arroio Telho – Município de Jaguarão



Figura 14. Estância fortificada, próxima às margens do Arroio Telho.
Foto de Andréa da Gama Lima. Janeiro/2010.



Figura 15. Muralha em pedra, para a defesa da propriedade. Foto de Andréa da Gama Lima.
Janeiro/2010.



Figura 16. Construção em pedra.
Fotografias de Andréa da Gama Lima.



Figura 17. Construção em Pedra.



Figura 18. Detalhe da abertura vertical na construção em pedra para a vigia da propriedade
Foto de Andréa da Gama Lima. Janeiro/2010.



Figuras 19 e 20. Vistas Internas das seteiras
Fotografias de Andréa da Gama Lima. Janeiro/2010.



Figura 21. Mangueira em pedra
Foto de Andréa da Gama Lima. Janeiro/2010.

O Comendador Francisco José Gonçalves da Silva que, em 1833, foi o primeiro Juiz de Órfãos da Vila de Jaguarão, quando partiu deixou 11 herdeiros, filhos e netos, entre os quais foram divididos seus pertences. Seu inventário registrava 15 propriedades e 32 cativos (GUTIERREZ, 2009, p.181).

Relação dos Escravos do Comendador

Nome	Ocupação	Valor
1. Raimundo (pardo)	Alfaiate	1500
2. Felipe (crioulo)	-	1500
3. Baltazar	Carpinteiro e Campeiro	1500
4. Clementino (pardo)	-	1500
5. Venância (parda)	Cozinheira	1500
6. Raquel (parda)	-	1500
7. Caetano (crioulo)	-	1400
8. Clara (crioula)	-	1400
9. Gabriel	Salgador	1400
10. José (crioulo)	-	1000
11. Virgínia (crioula)	-	1000
12. Moisés (crioulo)	-	800
13. Ambrósio (crioulo)	Campeiro	800
14. Florisbela e seu filho de três anos	-	800 (ambos)
15. Joaquim (crioulo)	-	600
16. Isabela (crioula)	-	400
17. Sebastiana (crioula)	-	600
18. Antônio (crioulo)	-	400
19. Gregório (crioulo)	-	300
20. Julia (crioula)	-	400
21. Vicente (da Costa)	-	650

22.Patrício (crioulo)	-	700
23.Leandro (crioulo)	-	800
24.Quitéria (crioula)	-	400
25.Regina (crioula)	-	700
26.Aníbal (crioulo)	-	700
27.Olímpia (crioulo)	-	600
28.Balbina (mulatinha)	-	400
29.Frederico (crioulo)	-	400
30.Madalena (crioula)	-	700
31.Agueda	-	800

Tabela 3. Fonte: GUTIERREZ, Ester J. B. “Estâncias Fortificadas”, In: MAESTRI, M.; BRASIL, M.C. e MALET. C.D. *Peões, Vaqueiros e Cativos Campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. 2009, p. 12.

O alto número de escravos deste senhor se deve à existência de uma charqueada que possuía no interior de Jaguarão, embora possuísse, também, casas, armazéns e terrenos na zona portuária da cidade, assim como habitações e porções de terra no porto de Pelotas. Gutierrez (2009) aponta o mapa denominado *Planta da Fazenda de São João do Rincão de Jaguarão*, elaborado no ano de 1866, e pertencente aos herdeiros do Comendador Francisco, que permite ver como o campo original do português foi partilhado em novas propriedades. À esquerda do Arroio Quartel-Mestre, localizava-se a charqueada mencionada, que permitia ao Comendador integrar-se à economia e aos lucros do ciclo saladeiril na região.

Entre os bens de Francisco Gonçalves da Silva, destaca-se a fazenda da estância “*São João do Rincão de Jaguarão e Juncal*”, que tem como fundos a lagoa Mirim, no primeiro distrito do município, com quatro léguas e meia de campo e três ilhas do rio que corta a região. Aí estavam localizadas as casas de material, cobertas de telhas, onde residia o nobre senhor de escravos e sua família, galpão, casas cobertas de palha, arvoredos da quinta e as taperas. No chamado posto da Palma, Francisco da Silva possuía, ainda, uma morada de casa de material, coberta de telha e uma dita “pequena”, também revestida de

telhado. No local compreendido como posto da luz, de sua propriedade, havia uma casa pequena, em precário estado de conservação, e no posto Santana, uma casa de paredes de adobe, cobertas de telhas em mau estado (GUTIERREZ, 2009, p.179).

Mapa de Jaguarão, com as terras de Francisco da Silva, e as novas propriedades

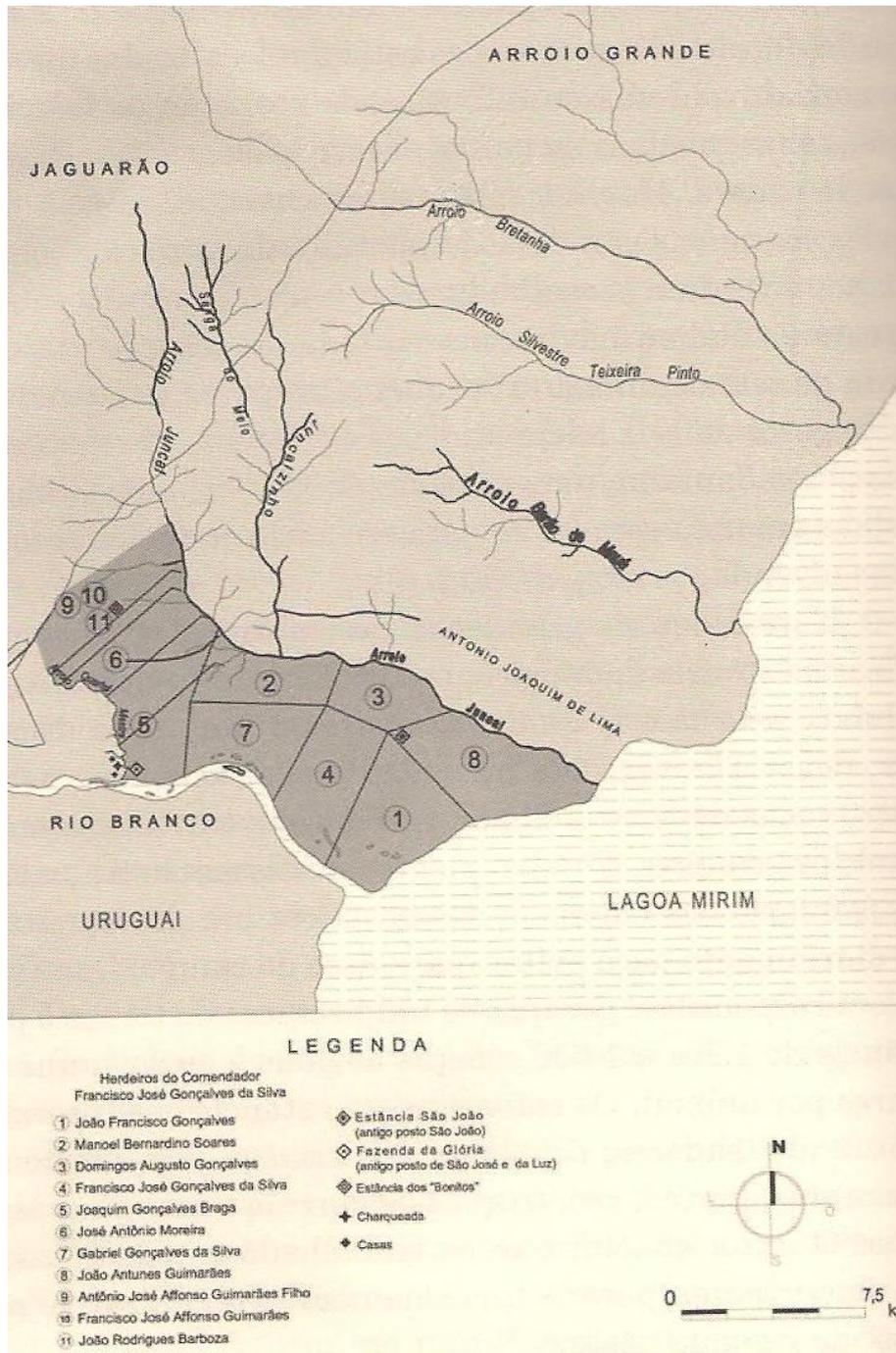


Figura 22. Fonte: Mapa elaborado por Guilherme Almeida, 2009, com base na Planta da Fazenda de São João do Rincão de Jaguarão e Juncal. Acervo da Estância São João. In: GUTIERREZ, Ester J. B., (2009, p. 212).

A atual estância São João compõe as terras que foram deixadas por via testamental a uma das filhas do Comendador, Maria Francisca, que antigamente fazia parte da estância primitiva, como posto denominado São João.



Figura 23. Estância São João. Fonte: Apontamentos para uma monografia de Jaguarão, 1912, em GUTIERREZ, Ester J. B. In: MAESTRI, M.; BRASIL, M.C. e MALET. C.D *“Estâncias Fortificadas”; Peões, Vaqueiros e Cativos Campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*, 2009. p. 187.

A estância dos Bonitos, próxima às margens do Jaguarão, do local de encontro de suas águas com o afluente Quartel-Mestre, está localizada onde se situava antigamente a moradia senhorial, na sede da Fazenda de São João do Rincão de Jaguarão e Juncal. A atual fazenda da Glória, por sua vez, foi edificada onde estava o posto da luz, nas terras herdadas pela neta do Comendador Francisco, Ana Joaquina e por seu marido João Rodrigues de Barbosa.

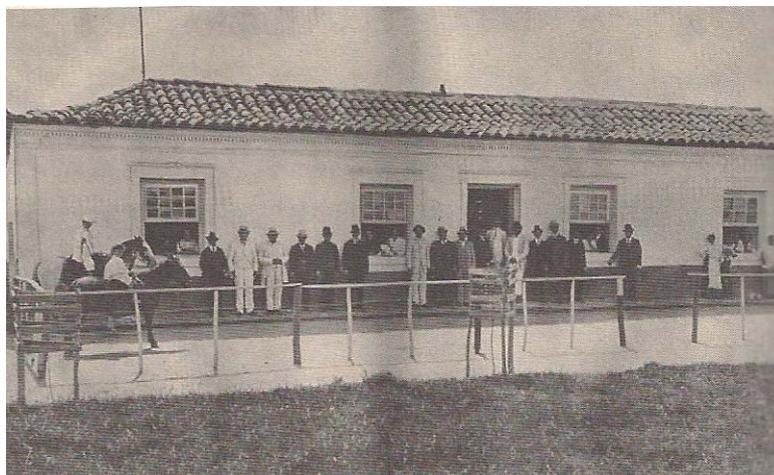


Figura 24. Estância dos Bonitos. Apontamentos para uma monografia de Jaguarão, 1912.

2.5 As estruturas do ciclo charqueador

Acredita-se que os escravos de Francisco da Silva, embora não tivessem especializações declaradas, fossem concentrados, principalmente, nas atividades da indústria charqueadora.

Localização das charqueadas em Jaguarão

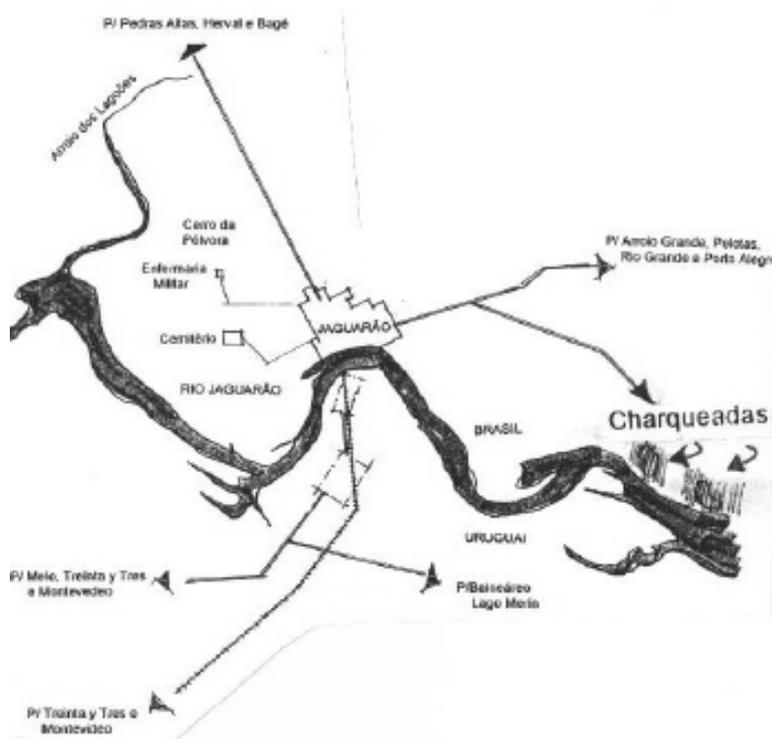


Figura 25. Localização das Charqueadas em Jaguarão. Fonte: MARTINS, R. D. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguai: a construção da cidade de Jaguarão*, 2001.

Além do desempenho das atividades domésticas, na cidade e nas sedes das estâncias, e da provável atuação junto às áreas do porto, onde se concentrava a movimentação do comércio, no qual provavelmente prestassem serviços, sabe-se que foi nas charqueadas que se explorou a mão-de-obra escrava ao máximo. Aponta-se que em alguns períodos, chegaram a funcionar quase uma dezena de indústrias charqueadoras em Jaguarão, situadas às margens do rio homônimo e de seus afluentes, a fim de melhor escoarem seus

produtos. A ligação com a hidrovia era importante, também, para o abastecimento do sal, que era um produto adquirido por importação. O charque – a carne bovina salgada e cortada em mantas – por quase um século foi fundamental na economia do Rio Grande, junto com os produtos derivados da atividade, como a graxa e o couro dos animais.

Na povoação de Santa Izabel, por meio de uma notícia de abertura de edital de arrematação dos bens penhorados ao Senhor Manoel Antônio Lopes e de sua esposa, em 1868, se tem ideia da estrutura e porte que assumiam algumas indústrias do charque na região. Entre os bens do casal havia um terreno onde se localizava “uma charqueada, com duas casas de moradia, graixeira, barraca de couros, galpão de xarquear, armazéns, senzala, hospital, casa de capataz e de caixeiros” (Jornal Atalaia do Sul, Jaguarão; IHGJ, notícia de 5 de novembro de 1868, p.4). Juntamente a um terreno próximo à respectiva charqueada, nas cercanias da povoação, arrematava-se, também, os cativos de propriedade do casal:

Um escravo de nome João Cabinda, com 38 anos de idade, por 1;300\$000rs; Damião, de nação, com 40 anos, por 1:300\$000rs; Clemente, pardo, com 40 anos por 1:300\$000rs; Luiz, sapateiro, com 35 anos, por 1:000\$000rs; Francisco Mina, com 49 anos, por 1;000\$000rs; Antônio, carpinteiro, com 40 anos por 1.200\$000rs; Germano, de nação, com 40 anos, por 1.000\$000 rs; Fabião, crioulo, com 30 anos de idade, por 1:100\$000 rs. Uma escrava de nome Honoria, crioula, com 22 anos por 1:200 rs. Um escravo de nome Manoel Maceió, Cabra, com 48 anos, por 800\$000 rs; Raymundo, crioulo, com 41 anos, por 800\$000 rs; João Paty, com 40 anos de idade por 1:000\$000 rs; Manoel, crioulo com 34 anos, por 1:100\$000 rs; Vicente, de nação, com 55 anos, por 400\$000rs; Manoel Pinguinha, com 35 anos de idade, por 1:100\$000; Rodolpho, de nação, com 50 anos, por 400\$000rs; Marcos, com 65 anos, por 250\$000rs; Antonio Braz, com 45 anos, por (ilegível); Balbina, parda, com 35 anos, por 1:200\$000rs; Miguel, de nação, com 35 anos, por 1:100\$000rs; Antonio, de nação, com 32 anos, por 1:200\$000rs; Manoel Mina, com 50 anos, por 1:000\$000rs (*Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 5 de novembro de 1868, p.4).

Em Jaguarão são citadas, entre as charqueadas de maior destaque, o estabelecimento de Zeferino Lopes de Moura e a Charqueada União (MARTINS, 2001, p.205). A charqueada União passou a funcionar no ano de 1848 e chegou aos primeiros anos do século XX ainda em funcionamento, atingindo o número de 300 reses abatidas diariamente. A charqueada do Coronel Zeferino Lopes de Moura remonta, também, a metade do século XIX, e foi um importante pólo do desenvolvimento local.

Em função de motivos, como, por exemplo, crises e episódios conflituos que assolaram a região e dificuldades de navegação no chamado “Sangradouro da Lagoa Mirim”, os estabelecimentos saladeiros foram se tornando decadentes e deixaram de funcionar. Permaneceram, porém, muitos de seus vestígios, interpelados por marcas de períodos diversos e já corroídos pelo tempo e pelo abandono.



Figura 26. Charqueada em Jaguarão.
Note-se a vestimenta de couro dos trabalhadores. Fotógrafo e data desconhecidos.
Fonte – Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.



Figura 27. Charqueada em Jaguarão. Fotógrafo e data desconhecidos; Fonte – Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

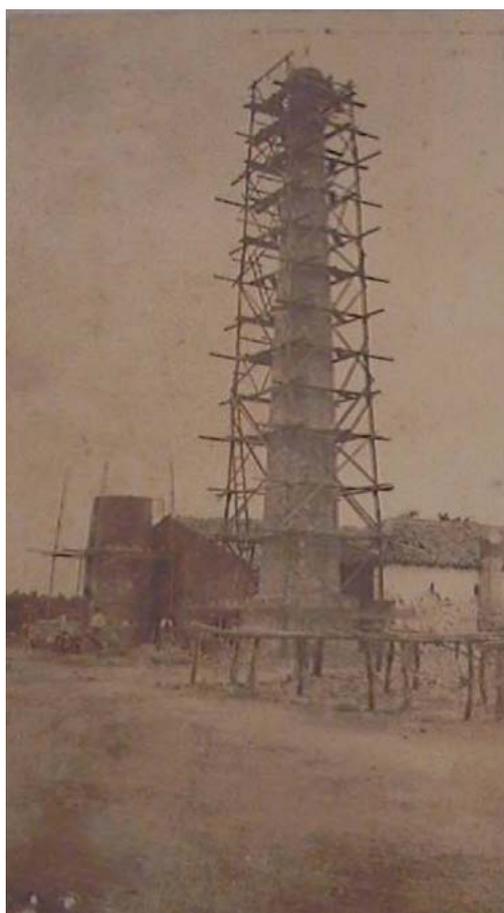


Figura 28. Construção da chaminé da charqueada - Fotógrafo e data desconhecidos; Fonte – Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Vê-se que grande parte das estruturas campestres e construções que compõem o patrimônio edificado de regiões da periferia de Jaguarão associam-se, em boa medida, com os contextos sociais de atuação de cativos e de senhores de escravos, na fronteira sulina, ao longo do século XIX. Foram as propriedades rurais e charqueadas que reuniram, em maior ou menor escala, de acordo com as características de seu funcionamento, grupos de trabalhadores escravizados para o desempenho das mais variadas atividades. Apesar de grande parte destes locais encontrar-se registrada e discutida, apropriadamente, pela produção historiográfica nacional, do pampa e da região da fronteira como um todo, a abordagem e o tratamento dos vestígios materiais ocupa, ainda, posição secundária. O fato é que muitos dos acervos de edificações e sítios rurais, ligados diretamente a um panorama da ocupação portuguesa ao Sul do Novo Mundo, que tiveram como base a mão-de-obra escrava, encontram-se corroídos pelo tempo. Constituem, todavia, um legado para futuras pesquisas.

Desvencilhadas da legislação de proteção patrimonial, estâncias fortificadas, mangueiras, currais de pedra e construções que fizeram parte do ciclo do charque e caíram em desuso, com as residências dos setores escravagistas, das quais se acercavam antigamente as rudes senzalas que abrigavam numerosa prole de trabalhadores de pele negra, estão agora, contudo, à mercê do poder das intempéries. O progresso proveniente das lidas do campo, junto com a riqueza do charque, foco primário industrial e principal fator da expansão econômica do Rio Grande do Sul à época, aliado à atividade do comércio, refletir-se-á na construção civil de Jaguarão nas décadas posteriores, com a fase áurea da arquitetura situada nos três últimos decênios do período oitocentista e princípios do século XX.

Nos espaços dessas belas estruturas arquitetônicas, porém, os escravos atuavam intensamente. Esse é o tema do próximo capítulo.

Capítulo 3 - Das Alvas Fachadas aos Negros Porões do Casario

3.1 Elevação à Cidade

Jaguarão cresceu e ordenou-se, em boa medida, a partir do mapa e projeção, datados de 1815. O povoado, inicialmente, com construções relativamente alinhadas, estruturava-se em torno da praça central, da Guarda Militar e do rio.

O plano de traçado ortogonal, com quarteirões de distintas dimensões, não permaneceu rígido no crescimento da cidade, mas o sistema reticular preservou-se, com algumas adaptações, ao longo do século XIX. O quadriculado dos assentamentos tinha por base as projeções militares e seguia o modelo implantado em alguns locais da Península Ibérica.

Os terrenos coloniais entrecortavam os quarteirões, alongando-se ao extremo. Os lotes que abrigavam edificações vinculavam-se às características das propriedades rurais – mantinham a criação de animais, hortas, pomares e o plantio de subsistência, como alternativa para enfrentar a falta de condições básicas da região distanciada dos grandes centros. As primeiras construções do núcleo urbano alinhavam-se no limite frontal dos lotes, demarcando o desenho das ruas. As técnicas utilizadas valorizavam o uso dos recursos locais, com casas de madeira ou de barro, o chamado “pau-a-pique”. Segundo Martins, a Jaguarão colonial-rural, sem equipamentos urbanos:

[...] possuía na arquitetura de seus prédios praticamente os únicos elementos que lhe aproximavam de um caráter quase urbano. Não existiam ruas pavimentadas, nem passeios para pedestres. Ainda que muito simples eram as casas que definiam espacialmente as ruas, que eram poucas e ainda não tinham nome. As referências para a localização do povoado deveriam ser do tipo “a rua que passa na casa do Sr. Manoel”, ou então “a rua que vem da igreja”, ou ainda “a que corta o riacho” (MARTINS, 2001, p. 69).

Até a metade do século XIX, não existiram obras de pavimentação ou drenagem nas vias do município, o que lhe conferia um caráter pitoresco. As águas dos telhados eram lançadas diretamente no solo, e as chuvas

ocasionavam verdadeiro lamaçal, principalmente nos meses de inverno. As tropas que cruzavam a fronteira, por meio de transações legais e ilegais, andavam, muitas vezes, soltas nas ruas, causando transtornos à população.

Plano Inicial de Jaguarão

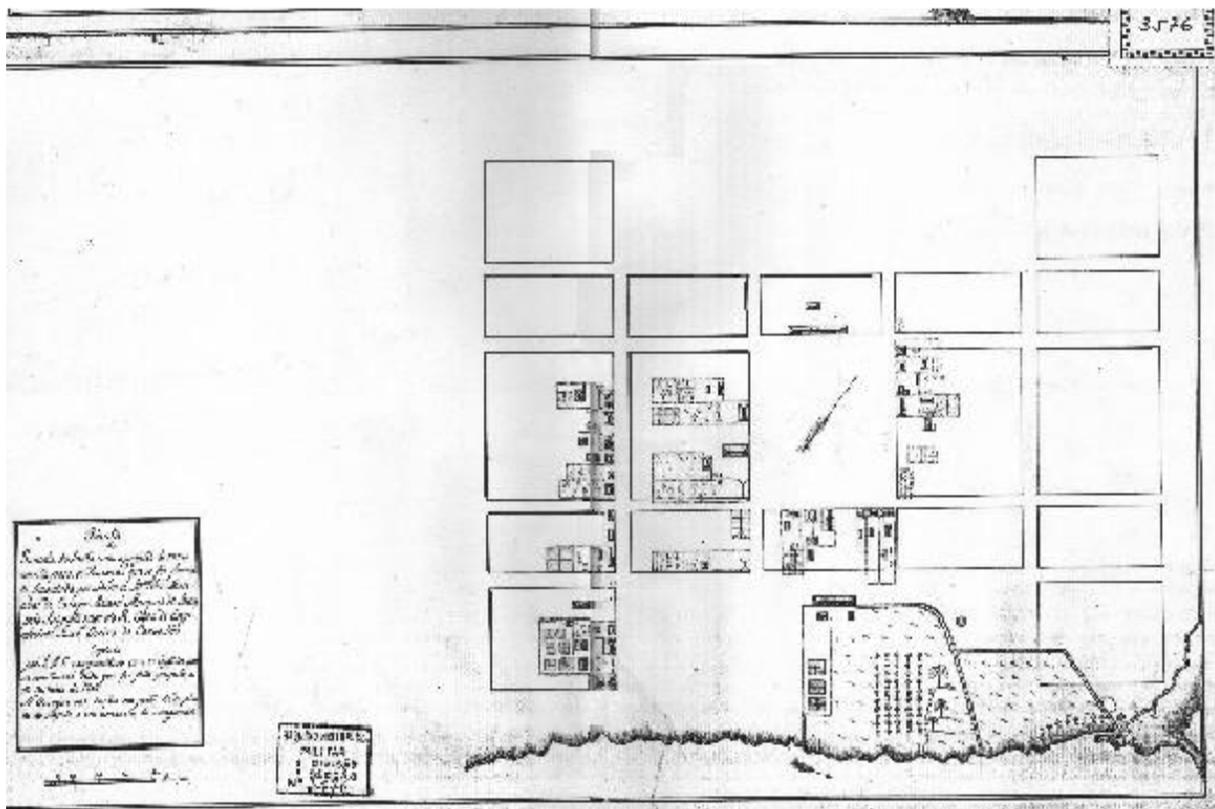


Figura 29. Cópia do plano inicial de Jaguarão, existente no arquivo militar de Lisboa. Fonte: MARTINS, R. D. A ocupação do espaço na fronteira Brasil – Uruguai: a construção da cidade de Jaguarão. Universitat Politècnica de Catalunya, 2001, p.64.

A Primeira Câmara Municipal de Jaguarão foi empossada no ano de 1833, com a instalação do município por decreto. A função do órgão seria a de atuar na gestão local e eleger, entre os cidadãos da época, aqueles que comporiam as listas para os cargos de Juízes, sob a decisão final e aprovação do Governo Provincial.

Os primeiros documentos produzidos pela vereança, em salvaguarda no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, remontam ao ano de 1845, pois grande parte das fontes anteriores, conforme aponta Martins (2001, p. 83), perdeu-se em função das escaramuças da Revolução Farroupilha.

A rebelião eclodira em setembro de 1835 e a residência do comandante Bento Gonçalves da Silva, do 4º Corpo de Cavalaria, em Jaguarão, foi um fator que impulsionou a cidade a ter um importante papel neste conflito. Os vereadores locais, para além da neutralidade administrativa, já em 1836, influenciados pelos interesses e em função do controle militar dos Farrapos e de seu líder, expressaram pioneiramente a adesão da Câmara Municipal à República de Piratini. A cidade desestruturou-se no período subsequente e iria recompor-se com a assinatura da “Paz de Ponche Verde” e a organização de um novo pleito para a administração pública em 1845.

Por meio da documentação escrita dos vereadores, é possível se acompanhar, a partir de então, várias questões da formação urbana e da conjuntura social, pois boa parte das reivindicações da comunidade passava por este órgão, como assuntos relacionados à moradia, saúde, educação e segurança pública, por exemplo. Cabia à Câmara passar informações regulares ao Governo Provincial, que ilustrassem a situação da fronteira e, em especial, do município de sua responsabilidade.

Entretanto, os documentos originados em um contexto político-administrativo, devem ser analisados de acordo com suas especificidades, limitações inerentes e possíveis vertentes implicadas em sua gênese - isto é, não devem ser tomados fundamentalmente.

De acordo com informações oficiais de 1854, encaminhadas do órgão ao governo superior, a cidade possuía 6 ruas paralelas ao rio homônimo, e 7 vias perpendiculares a este. Com as ampliações que ocorreram, as vias paralelas ao Jaguarão, na metade do século XIX, eram as seguintes: Rua da Praia, Rua da Boa Vista, Rua Direita, Rua Nova, Rua das Trincheiras, do Prado, Figueira, da Várzea, Rua Formosa e Colina.

As ruas perpendiculares ao curso d'água, por sua vez, se chamavam: Rua do Pântano, das Pombas, dos Pescadores, da Ponte, do Triunfo, do Comércio, das Praças, da Palma, das Flores, do Portão, do Cristal, do Riacho, dos Prazeres e do Tatu.

Os nomes associados aos logradouros públicos, como se percebe, em sua maioria, relacionavam-se às funções mais destacadas que possuíam. A Rua das Trincheiras alude, por exemplo, às estruturas militares de defesa que

o município mantinha e demarca o limite entre as denominadas “Cidade Velha” e a “Cidade Nova”. A Rua dos Prazeres, por sua vez, fazia referência à zona do meretrício, uma atividade comum nas cidades em geral e, notadamente intensa, nas cidades portuárias e de localização fronteiriça (MARTINS, 2001, p. 110).

Os principais acessos da cidade por terra, apontados então, segundo a Câmara, eram: pelo lado nordeste, os caminhos que levam para o Arroio Grande, Pelotas e Rio Grande; pelo setor noroeste, para as regiões de Herval e Bagé, e, pelo lado sudoeste, às estradas que seguem para o Uruguai, via passo do Centurião, Barcelos e Picada do Maia (MARTINS, 2001, p.109). No que se refere à economia, a principal indústria do município era a pastoril e seus principais mercados consumidores eram Pelotas, Rio Grande e Bagé. A Igreja Matriz encontrava-se em edificação desde 1846 e havia na povoação uma Casa de Cadeia, considerada insalubre, pequena e pouco segura.

Aproximação da estrutura urbana de Jaguarão na metade do século

XIX



Figura 30. Fonte: MARTINS, R. D. A ocupação do espaço na fronteira Brasil – Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão. Universitat Politècnica de Catalunya, 2001, p.117.

Neste contexto, Jaguarão passou da categoria de Vila à Cidade em novembro de 1855, em meio a uma dramática epidemia de *cólera morbus*, que vitimou muitas pessoas.

O vírus chegara pelo porto de Rio Grande, espalhando-se logo por amplos domínios da Província, e afetando, em diferentes níveis, distintos setores da sociedade. Durante o período crítico do foco epidêmico, as camadas mais abastadas e principais autoridades fugiram para o interior, isolando a comunidade.

As charqueadas ficaram impedidas de funcionar pelos órgãos responsáveis pela saúde pública e cancelaram-se, também, as embarcações que faziam a travessia para o lado uruguaio. Em uma estatística divulgada logo após a declaração oficial de que o município estava assolado pelo mal, entre 21 e 30 de novembro do corrente ano, 204 era o número apontado de coléricos - 106 homens e 98 mulheres. Dos 25 homens que, então, não resistiram à doença, 16 eram de condição escrava, e entre os óbitos das mulheres, 8 eram livres e 13 cativas (MARTINS, 2001, p. 122).

Em Pelotas, a cólera entrara no dia 8 de novembro e, nos dois primeiros meses, matou uma média de 40 pessoas por dia. Uma das preocupações das *Posturas Policiais*, no período, com relação à saúde pública, dizia respeito aos cemitérios e enterramentos. Quando a população encontrava dificuldades para o estabelecimento de cemitérios em locais apropriados, tinha que encontrar soluções urgentes para o enterramento dos cadáveres dos coléricos, que chegavam em grande quantidade. Em função do vírus ter atingido mais a população cativa, particularmente na área salgadora, concentrada às margens do arroio Pelotas, o Governo da Província autorizou a comissão sanitária a permitir que se estabelecesse um cemitério na costa do dito curso d'água (GUTIERREZ, 1999, p.216).

A fronteira sulina, por sua vez, começou a retomar suas atividades em janeiro de 1856, abalada pela estagnação econômica provocada pela redução de, pelo menos, dois terços da elite jaguareense, que deixara a cidade no momento da crise (MARTINS, 2001, 123).

Após a etapa de paralisação, superada a epidemia, começou a aumentar novamente o movimento e surgiram iniciativas para a abertura de

novas ruas e vendas de terrenos. A cidade começava a recuperar, gradativamente, seu ritmo normal. Percebe-se outra vez o fôlego na circulação de mercadorias e os criadores dando continuidade aos seus negócios, entre os segmentos menos afetados pela doença que abateu principalmente as zonas urbanas.

Poucos anos depois, em 1859, era alarmante a porcentagem de escravos sobre a população livre nesta sociedade. Em Jaguarão, 28% das pessoas eram de condição servil, índice superior, no contexto rio-grandense, aos grandes centros considerados predominantemente escravistas. “Número maior que Porto Alegre (22%), Pelotas (27%) e Rio Grande (18%)” (CARATTI, 2008, p. 4).

Municípios com maior número de escravos – 1859

Município	Livres	Escravos	Total	% de escravos
Porto Alegre	29.753	8.417	38.170	22,06
Jaguarão	12.999	5.056	18.055	28,0
Pelotas	12.893	4.788	17.681	27,07
Rio Grande	19.882	4.369	24.251	18,01
Cruz Alta	26.484	4.019	30.503	13,17
Bagé	12.342	4.016	16.358	24,55

Tabela 4. Fonte: CARATTI, J. “Comprando e vendendo escravos na fronteira: uma possibilidade de análise a partir de escrituras públicas de compra e venda (Jaguarão, 1860 – 1880)”, 2008.

Porém, no Uruguai, logo além da corrente de águas, a abolição da escravatura fora decretada oficialmente em 1842. A proximidade física para com o Estado Oriental, e as diferenças políticas e de legislação entre as nações, afetavam significativamente o cotidiano das classes senhoriais e de cativos. “No caso dos escravos *rio-grandenses* sua presença no Uruguai poderia garantir sua liberdade por direito. E para os senhores, isso significava a perda de seus cativos, o que em alguns casos, representava boa parte de seus bens” (CARATTI, 2008, p. 3). Daí que grande número dos anúncios de fuga de

escravos na região indicasse como possível paradeiro, apontado pelos proprietários, as bandas do Uruguai:

Gratificação

“A quem apreender e entregar ao seu senhor, nesta cidade, Antonio Machado da Silva, o mulato Ambrosio, de 26 anos de idade mais ou menos, de regular altura, fornido de corpo, de rosto proporcional e barbado. É filho desta província, crioulo de Candiota, onde tem mãe e irmãos; lugar este por onde foi visto, e presume-se que dali passou para o Estado Oriental” (*Atalaia do Sul*, publicação de 12 de março de 1868, p.3).

Por outro lado, algumas transações realizadas a partir de Jaguarão, revelam mesmo a captura ou a compra de negros livres, uruguaios, para o abastecimento de escravos nas terras do Rio Grande de São Pedro. Com o advento da *Lei Euzébio de Queirós*, que, em 1850, ditou a proibição do comércio transatlântico de cativos, percebe-se um aumento nos índices do tráfico interprovincial e o destaque que assume, neste sentido, a região fronteiriça. De acordo com estudos realizados, a partir de registros de compra e venda de cativos da cidade, nas décadas de 1830 e 1840, apenas 21 escravos foram comercializados em Jaguarão. Já nos decênios de 1850, 1860 e 1870, as escrituras de compra e venda de escravos assumiram uma cifra de 93,1% (CARATTI, 2008, p. 7). Entre os senhores que faziam transações de escravos no Brasil, muitos eram do território vizinho. Proprietários uruguaios vendiam seus cativos, e inclusive libertos, para a maior potência escravista da América portuguesa e, nestas paragens, compravam trabalhadores servis brasileiros para levar às terras uruguaias.

Número de Escrituras de Compra e Venda de Escravos por décadas (Jaguarão, 1833/1883)

Décadas	Escrituras de compra e venda	Porcentagem
1830	2	0,4
1840	19	4,1
1850	27	5,8
1860	197	42,8

1870	205	44,5
1880	14	3,0
Total	464	100

Tabela 5. Fonte: CARATTI, J. "Comprando e vendendo escravos na fronteira: uma possibilidade de análise a partir de escrituras públicas de compra e venda (Jaguarão, 1860-1880)", 2008, p.7.

A situação delicada com o Uruguai atravessara decênios e distintos contextos políticos. O Uruguai havia se tornado independente em 1828, sob intervenção da Inglaterra, após um arrastado conflito iniciado em 1822. Com a convenção de Independência, que consolidou a nova Nação, não era permitido que o Império e as Províncias Unidas do Prata interferissem em sua constituição, mas as ações conflituosas não haviam findado.

A década de 1830 foi a conjuntura do princípio de uma guerra civil entre "blancos e colorados", que se estendeu até o ano de 1851, no qual uma intervenção brasileira apaziguou os rumos da situação. Neste período, a fronteira era local de passagem de diversos grupos e destacamentos e, certamente, muitos bandos e quadrilhas aproveitaram-se da situação de conflito para subtrair gado e começar a apreender negros livres nas terras orientais (CARATTI, 2007, p.119).

Quando, algum tempo depois, em 1865, por motivo de revanche, Jaguarão foi invadida e saqueada por cerca de 1500 orientais "blancos", a mando da intervenção do General uruguaio Basílio Muñoz, entre os danos da invasão encontra-se o número de 19 escravos, levados com os combatentes. De acordo com Maestri, Muñoz de fato declarara que os uruguaio pretendiam "dar liberdade aos desgraçados homens de cor que gemem debaixo do jugo da escravidão [...]" (MAESTRI,1993).

Neste episódio, ainda que em número reduzido, as forças jaguarenses compostas por cerca de 500 praças, com o auxílio de canhões, resistiram, e os uruguaio, ao cabo, se retiraram. Os senhores estancieiros e charqueadores da região sulina, bem como os grandes proprietários de cativos do núcleo urbano, temeram, porém, que o evento desencadeasse um levante escravo - mas as condições e estruturas de manutenção da ordem escravista ainda eram maiores.

3.2 Os espaços públicos e a escravidão

Com relação às zonas geográficas da cidade, o entorno do rio Jaguarão e a chamada *Praça do Desembarque*, serão demarcados pelo desenvolvimento das atividades portuárias e de circulação de produtos. Os artefatos de diversos locais da Província e dos domínios do ultramar, vindos por Rio Grande, eram ingressos e escoados nesta área. Em um segundo momento, a praça contígua ao rio chamar-se-á *Praça do Comércio*, e perderá parte de seu território para a construção do Mercado Público, a partir de 1864.

Enquadrados como mercadorias, pela principal via de acesso, entravam, também, os africanos escravizados e seus descendentes nascidos no Brasil, sujeitos que estavam às amplas transações comerciais - compra e venda, aluguel, penhora, etc., relações comumente estabelecidas no período.



Figura 31. Zona portuária de Jaguarão – Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fotógrafo e data desconhecidos.

Daí os moradores mais antigos da cidade apontarem as correntes incrustadas nos troncos das centenárias figueiras, que ainda hoje existem na “Praça do Comércio”, como vestígios da comercialização de negros cativos em

via pública. Ainda que não tenha sido possível comprovar historicamente a associação dos artefatos a esta finalidade, pode-se afirmar que a população jaguareense, incluindo-se os guias turísticos locais, representa essas correntes, em suas narrativas, como “provas” do comércio de escravos.

Figueiras da Praça do Comércio



Figura 32. Figueiras da Antiga Praça do Comércio.
Foto de Andréa da Gama Lima – Março de 2009.

Detalhes das correntes incrustadas aos troncos das árvores



Figuras 33 e 34. Detalhes das correntes incrustadas aos troncos das figueiras da Antiga Praça do Comércio. Fotografias de Andréa da Gama Lima – 2009.

O que sabemos, de fato, é que as praças, primitivamente, tinham outras funções no meio político e plano social e, sob o ponto de vista de uso, sustentavam, também, a manutenção da ordem escravista, conforme esclarece Martins:

[...] evidentemente existem muitas coincidências entre o que ocorre na praça da fronteira e nos “largos” da cidade portuguesa tradicional. Ali se realizavam feiras, encontros sociais, *punições de escravos e delinqüentes*, além de ser o local apoteótico para as cerimônias e procissões religiosas que se realizavam pelas ruas da cidade (MARTINS, 2001, 220).

Enquanto, no entorno da praça central, se levantavam as construções públicas e privadas mais importantes da cidade, a Igreja Matriz e as maiores residências senhoriais – que tomaram boa parte do espaço destinado aos edifícios administrativos –, a zona do porto continuou como a artéria e um dos principais locais da movimentação de trabalho.

Praça Central de Jaguarão



Figura 35. Praça Central de Jaguarão, ainda gradeada. Atualmente denomina-se Pça Dr. Alcides Marques; Acervo dO IHGJ. Fotógrafo e data desconhecidos.



Figura 36. Praça Central de Jaguarão. Acervo do IHGJ. Fotógrafo e data desconhecidos.

Eram as áreas portuárias, comumente, regiões de grande circulação de escravos carregadores, alguns deles “cangueiros” – os escravos de ganho, que deslocavam produtos e pessoas, conquistando relativa autonomia e lucros aos seus amos.

De acordo com Maestri (2001), ainda em meados do século XIX, através de todo o Brasil, os escravos eram o principal “meio de transporte”: “Os cativos domésticos transportavam os objetos senhoriais e os próprios senhores eram levados pelas ruas da cidade por dois cativos, nas confortáveis cadeirinhas e redes” (MAESTRI, 2001, p.155).

Às margens do rio Jaguarão predominava, também, a atividade das lavadeiras, muitas delas escravas, que lavavam as roupas e os panos dos senhores, como uma profissão especializada. Era importante que buscassem cursos d’água ou locais públicos, que servissem à função, pois a maioria da população não possuía ainda tanques particulares para o serviço. Apenas as famílias de posses, mais abastadas, teriam tanques cavados no solo.

Na costa do *Río de la Plata*, em Buenos Aires, por sua vez, em uma região pedrosa, onde se formavam grandes panelas naturais, utilizadas para lavar roupa e juntar água para ser vendida pelos “aguateiros”, formou-se em determinados períodos, uma área freqüentada, em suma, por lavadeiras negras, de condição servil. O local, assim, constituiu-se como de acesso restringido a outros segmentos da população.

A região, segundo Schávelzon (2003, p.84), “foi se transformando em uma zona onde somente entravam eles [os afros] e ficava vedada para brancos e brancas”, conforme as descrições de estrangeiros que aportavam na capital portenha.

[As lavadeiras] chegavam aos centos, no inverno e no verão, ocupavam seus poços e logo penduravam a roupa em varais provisórios sobre o chão; levavam consigo e sobre a cabeça a bacia de madeira – imaginemos o quanto pesava -, uma *pava* para o mate e um indispensável cachimbo: fumar sempre foi uma tradição também feminina entre os escravos (SCHÁVELZÓN, 2003, p.85).

As mulheres que desafiavam os rigores das estações - enfrentavam o sol a pino ao longo de todo o dia, muitas vezes, dos verões bonaerenses, e o frio cortante dos invernos -, pitando seus cachimbos, na costa do Prata, assemelham-se com as pretas lavadeiras, encontradas em Jaguarão, descritas pelo cônego Thomas Aquinas Schoenaers, quando esteve na cidade já em princípios do século XX. O religioso, de origem belga, estabeleceu moradia na fronteira sulina entre os anos de 1901 e 1903, e seus relatos do cotidiano jaguareense, registrados em cartas, fornecem ricos elementos sobre vários aspectos do município no período, e retratam os reflexos das relações escravistas entre brancos e negros, ainda que o cativeiro já tivesse sido extinto oficialmente, já há alguns anos.

Já me referi às lavadeiras que aparecem nas fotos², que, ao lavarem as roupas, maltratam as pedras da beira do rio, com as roupas que estão a lavar. Aqui, tanto quanto em Pirapora, tampouco têm-se misericórdia com os tecidos de linho.

Mergulham-nos na água e os batem a seguir, com força diabólica, contra as pedras, até que a sujeira se solte. Forte tecido, que resiste a tais flagelos, quatro, cinco vezes ou mais.

A nossa lavadeira é uma das tantas flageladoras, de mais ou menos sessenta anos de idade, retinta como o carvão, ou melhor, Maria-Preta. Há dias atrás o Sr. Prior mandou-me entrar para presenciar seu comportamento quando ela devolve a roupa lavada. A senhora entrou onde estávamos, orgulhosa como um agricultor a exhibir sua roupa nova com a trouxa na cabeça e a boca cheia do que estava a mastigar. Depois de haver depositado a trouxa no chão, começou a caminhar ao redor da sala, a fim de examinar todos os desenhos e quadros pendurados nas paredes e, frente a cada um, murmurar orações e bater palmas. Depois, novamente enchendo a boca com balas de arroz, ou guloseima semelhante, continuou a observar, até que o Sr. Prior a chama a realidade e, pronto! Era de admirar que não estivesse a fumar seu cachimbo, porque de tanto são capazes as “Evas” pretas. Pelas ruas as encontramos, com um bastão nas mãos e, preso aos dentes, um cachimbo, fumegando tal qual uma fábrica de gases. [...] As pessoas

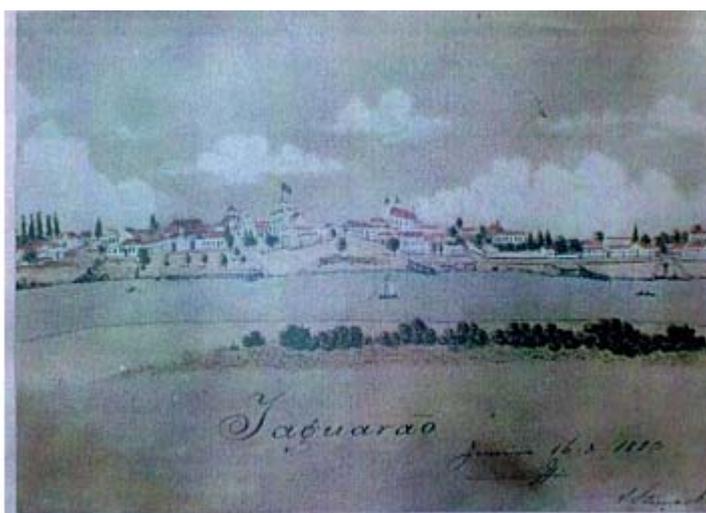
² O religioso promoveu amplo registro visual das cenas cotidianas da cidade, no entanto, suas fotografias não foram localizadas quando da elaboração deste trabalho.

de cor branca enxotam e repudiam os negros de modo vergonhoso e por vezes vingativo (SCHOENAERS, T. A. In: SOARES e FRANCO (orgs.). *Olhares sobre Jaguarão*, 2010, p.76-77).

Sabe-se que, em fins da década de 1860, e nos anos que se seguiram, o porto era, ainda, o principal acesso à cidade de Jaguarão, com linhas regulares à Rio Grande e Pelotas, apesar das dificuldades de navegação ocasionadas pelos baixios do canal São Gonçalo, considerado o Sangradouro da Lagoa Mirim. Em 1864, teria começado uma linha de diligências que conectaria Jaguarão com Arroio Grande, Santa Isabel e Rio Grande, por terra. Em 1866 e início de 1867, segundo o jornal *Atalaia do Sul*, havia na cidade 16 quarteirões, com um total de 637 casas e 3.578 habitantes (MARTINS, 2001, 220).

A década de 1870 será demarcada por um período de avanços e investimentos na melhoria do espaço público e nos canais de comunicação e, no decênio de 1880, Jaguarão foi apontada por alguns historiadores como a 4ª ou 5ª cidade mais importante da Província, embora se tratasse ainda de “um pequeno núcleo urbano de nível de desenvolvimento pré-industrial, com pouco mais de mil casas e seis a sete mil habitantes” (FRANCO, 1990, p.45).

Vista panorâmica de Jaguarão - 1880



Cópia de uma ilustração existente no Instituto histórico e Geográfico de Jaguarão – Anônimo

As alterações que começam a afetar, então, o ambiente urbano, partirão tanto de iniciativas individuais quanto do fortalecimento de legislação específica, a qual dará uma ordem formal à cidade, por meio de portarias, decretos e, por conseguinte, do *Código de Posturas Municipais*.

3.3 Os códigos de Posturas da Municipalidade

As primeiras leis municipais de posturas urbanas surgiram da necessidade de se aumentar o controle e a orientação aos cidadãos, de forma a dar um ordenamento ao crescimento dos núcleos urbanos. Em Jaguarão, as regras geradas no âmbito da Câmara Municipal, destinar-se-iam às distintas camadas sociais, com mecanismos norteadores para, primeiramente, direcionar a organização do espaço público.

Em um segundo momento, um código vasto, intentaria regular, também, comportamentos e ações. Este seria o *Código de Posturas da Câmara Municipal de Jaguarão*, do ano de 1871 - o primeiro plano de caráter abrangente elaborado na cidade. O código foi criado na gestão do Partido Liberal, que estaria no poder, depois de longa data de governança por parte dos conservadores.

A legislação específica adaptava as necessidades da Jaguarão oitocentista a partir das leis das cidades mais desenvolvidas, e refletia a almejada urbanidade que a pequena localidade sulina buscava, apesar de sua posição periférica, com relação aos grandes centros do país. Na íntegra, o código encontra-se na publicação *Apontamentos para uma Monographia de Jaguarão*, obra datada de 1912 (pgs. 128- 146).

Primeiramente, cuidava-se do uso do solo urbano, com a definição do terreno voltado para a povoação da cidade, e o impedimento de qualquer pessoa de edificar ou demarcar espaços, sem a prévia autorização da municipalidade. Estipulava-se o valor para os lotes urbanos e para os lotes rurais, e especificava-se que, se os terrenos concedidos não fossem ocupados adequadamente, seriam passados a outro requerente.

Ficavam proibidas, a partir deste momento, as tradicionais construções de capim, em parte pela segurança, em função da facilidade de incêndio que a matéria primitiva ofertava e, por outro lado, visava-se promover a modernização do município.

Em atenção ao embelezamento da cidade, ordenava-se a medida de estradas, ruas e travessas, a altura e disposição dos edifícios que seriam reconstruídos, e a desobstrução do espaço público. Primava-se pelas

condições de salubridade, com a especificação da altura de pé direito das residências, e proibia-se o acúmulo de lixo nas casas, terrenos e quintais, e tudo que produzisse mau cheiro na rua ou vizinhança e oferecesse riscos para a saúde da população.

A matança de animais, que, então, acontecia normalmente nas ruas e praças, com o projeto de modernização, ficava, portanto, impedida. O desdobramento do Código dizia respeito não só a funcionalidade da urbe, e às condições básicas de planejamento da cidade, mas, de acordo com a moral vigente, visava a sacramentar as próprias práticas das pessoas - a mendicância nas ruas, jogos, enterramentos, festas e, por conseguinte, tratava, especialmente, dos escravos.

3.4 A regulamentação dos cativos

Embora outros documentos, como, por exemplo, os processos judiciais e demais fontes que descreveram ações ocorridas no cotidiano das cidades, tenham demonstrado que os Códigos de Posturas não eram estritamente cumpridos e, muitas vezes, falhavam no controle dos cativos – que, devido às especificidades do mundo urbano, tinham certa autonomia com relação aos seus senhores –, eles, não obstante, podem ser considerados importantes indicativos das relações escravistas, em fins do período oitocentista.

Além de um *Título* voltado, propriamente, para os trabalhadores escravizados, o 8º *Título das Posturas Municipais de Jaguarão*, Código de 1871, ao longo de boa parte de seus artigos, fazia alusão à população de condição servil. Eram os escravos a base da movimentação do município jaguarense, e as necessidades de controle da sociedade escravista amparavam-se em um sistema de punições por meio de açoitamentos e multas. A partir da metade do século XIX, aumentariam as tensões entre a população livre e a escrava e, deste modo, se acentuaram as características de determinadas zonas de hierarquia social, com muitos locais de acesso restringido ao segmento cativo e proibições impostas aos grupos subalternos.

Por outro lado, os trabalhadores, para o funcionamento dos núcleos urbanos, eram peças fundamentais em praticamente todas as etapas que

exigissem o uso da mão-de-obra pesada. É o que se percebe nos procedimentos que deveriam ser tomados, por exemplo, em caso de incêndio. O Artigo 92, do Título 10º, sobre os *Diversos Meios de Manter a Segurança, Commodidade e Tranqüilidade dos Habitantes*, alertava sobre a situação:

“[...] são obrigados o fiscal e o inspetor do respectivo quarteirão a correr imediatamente ao lugar do edificio ou objeto incendiando e cada visinho do quarteirão a mandar um escravo com um barril d’agua, devendo este apresentar-se ao respectivo inspetor que tomará a rol o nome do escravo e do senhor. Findo o incêndio o fiscal receberá do inspetor o rol que tiver feito, e promoverá a execução da pena de 4\$000 ao senhor que não tiver mandado o escravo, salvo apresentando rasões plausíveis, e 8\$000 o fiscal e o inspetor não comparecendo” (Apontamentos para uma Monographia de Jaguarão, 1912, p.139).

Alguns *Títulos*, neste sentido, apresentavam denominações curiosas, como o Título 3º, que cuidava da *“Limpeza, e Desempachamento das Ruas e Praças, Divagação de Loucos e Embriagados, Animaes Ferozes e Damnhos”*. O Título 4º, por sua vez, dizia respeito à *“Vozerias nas Ruas, Injurias e Obcenidades contra a Moral Publica”*. Os artigos deste *Título*, sob altas penalidades, proibiam vozerias, alaridos e gritos sem necessidades nas vias públicas, injúrias a outrem, por meio de palavras ou gestos indecentes, e figuras ofensivas à moral pública, com condenações a prisão, pagamentos de multas e açoitamento, caso o transgressor fosse de condição escrava.

No artigo de número 53, ficava vedado a qualquer pessoa lavar-se de dia nas praias e rios, ou em qualquer lugar público, caso não estivesse vestida de maneira que não ofendesse aos bons costumes. À mesma pena, a de dois dias de prisão, ou multa de 6\$000, incorreria a quem se apresentasse na rua com vestimenta imprópria, deixando patentear qualquer parte do corpo, com ofensa da honestidade e da boa moral: se fosse escravo, o senhor sofreria a pena referida, caso fosse culpado; não o sendo, o cativo sofreria 50 açoites.

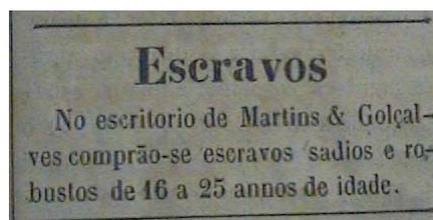
O artigo 54 impedia que os donos de botequins e casas de jogo consentissem, dentro de seus estabelecimentos, escravos de qualquer sexo, sob pena de 4\$000, e o dobro na reincidência. De acordo com o artigo 55,

ficavam proibidas, também, as casas denominadas *Zungus* e *Batuques*, com a alta punição de 30\$000 de multa e 8 dias de prisão, para os donos destes espaços. Se a casa fosse alugada, o proprietário sofreria uma multa pecuniária equivalente à metade da quantia pela qual tivesse alugado o seu estabelecimento. O *Título 6º* cuidava de *Objetos da 1ª necessidade, Atravessadores e Policia nos Mercados e Casa de Negócio* e, no artigo 69, proibia-se, veementemente, a todos que tivessem casas públicas de negócio, que tivessem nelas, vendendo ou administrando, pessoas cativas, sob pena de 4\$000 de multa, e na reincidência 20\$ e oito dias de cadeia. De acordo com as regras que imperavam, ainda, na sociedade escravista, os cativos deveriam ser, tão somente, os produtos comercializados, e não o contrário. Jaguarão encadeava, mesmo, uma rede de compra e venda de escravos, quiçá devido a sua posição fronteiriça, que levou a formação, em determinados períodos, de casas de negócios especializadas na função. Os escritórios formais interessavam-se em adquirir os trabalhadores e, talvez, então os levassem para trabalhar em outros locais da Província de São Pedro ou, mesmo, nos demais centros do Brasil.

Anúncios de negócios especializados na compra de escravos em Jaguarão



Figura 38. Fonte: *Jornal O Jaguareense*, 1956, p.4. Acervo do IHGJ.



Figuras 39 e 40. Anúncios - *Jornal Atalaia do Sul*, de 26 de novembro de 1868, p.4. Acervo do IHGJ.

O artigo 70 dizia respeito aos espaços de sociabilidade, e proibia nas casas de bebidas, tabernas ou outros lugares públicos, ajuntamento de pessoas com “tocatas, danças ou vozerias, bem como o ajuntamento de pretos nas ruas, praças ou casas de recintos da Vila, para o divertimento denominado *Candombe*”. Ainda no *Título 6º*, o artigo 72 especificava que as pessoas que açoitassem escravos fugidos sofreriam a multa de 30\$ e oito dias de cadeia, além da responsabilidade para com os senhores dos mesmos escravos. Percebe-se, com a medida proibitiva, que a prática da punição física de cativos não era executada somente pelas autoridades policiais, no espaço da Cadeia, ou pelos proprietários de escravos, mas era uma medida comum, enraizada ao cotidiano da sociedade sulina. Parte de uma realidade de violência que, com a aproximação dos ideais abolicionistas, começava a ser combatida, embora sustentada ainda, em grande parte, pelas próprias ações do poder público.

O *Título 7º* era voltado, especialmente, para a regulamentação dos tiradores de esmolas, e o 8º tratava, por fim, dos *Jogos nas Ruas, Entrudo e Escravos*. Sob a orientação deste *Título*, todo escravo que fosse encontrado de noite, depois do toque de recolher, na rua, sem a autorização escrita de seu senhor, datada do mesmo dia, na qual se declarasse que estava a seu serviço, sofreria 25 açoites e seria entregue ao seu dono, salvo se efetuasse o pagamento de multa de 10\$000. Proibiam-se jogos nas vendas, botequins, bilhares, casas de pasto e barracas e, em específico, que escravos jogassem cartas ou qualquer jogo a dinheiro ou “couza que o valha”, em qualquer lugar da povoação ou seus subúrbios. Um flagrante deste tipo de situação valeria o recolhimento à Cadeia e a pena de 50 chibatadas.

O artigo 80 coibia a compra nas tavernas ou casa de negócio fixo ou ambulante, de produtos fornecidos por escravos – carne seca, graxa, toucinho, couro, crina, ou qualquer produto de estância ou de lavoura –, sem que o cativo levasse autorização para vender, do senhor ou de pessoa sob cujo poder estivesse. Para driblar a lógica da exploração do trabalho compulsório, era comum que as ações de resistência dos cativos assumissem a forma de delito contra a sociedade, e a subtração de produtos senhoriais era uma prática difundida e, muitas vezes, bem aceita e estimulada, às escuras, pelos

proprietários de negócios de pequeno porte, que se valiam, também, da situação.

O artigo 81, finalmente, esclarecia que não era permitido ao senhor de escravo consentir que este “vivesse sobre si” dentro da cidade e seus subúrbios, sendo sempre obrigados os escravos a pernoitar em casa de seus senhores ou amos, quando andassem na rua ao ganho, como “cangueiros”. A necessidade de abrigo e a própria presença dos trabalhadores escravizados no ambiente doméstico das residências senhoriais, neste sentido, teria influenciado a disposição arquitetônica das edificações, de diferentes maneiras, de acordo com o período e o contexto social.

Nas residências mais simples, que dominavam a paisagem urbana de Jaguarão até meados do século XIX, já era comum a existência de extensos pátios e quintais, voltados para atividades de labor e moradia dos trabalhadores servis. No requintado casario, que configurou as áreas centrais desta sociedade, no período de apogeu econômico, situado, em especial, nos três últimos decênios do século XIX e princípios do século XX, os espaços para a criadagem continuariam concentrados aos fundos das edificações e nos porões.

3.5 As propriedades urbanas das classes senhoriais

Os movimentos da região portuária, do comércio, dos bons negócios, da lida com o gado e o aumento populacional, em Jaguarão, na metade do século XIX, refletir-se-ão na procura por terrenos e na projeção de novas construções. A instalação de olarias dará gradativamente um caráter mais sólido à cidade, na qual se erguiam ainda muitos dos chamados “cobertos de capim”. As construções, em um primeiro momento, estariam vinculadas com a linguagem do período colonial e alguns prédios começavam a apresentar variações arquitetônicas por suas dimensões e soluções estilísticas.

As casas de padrões diferenciados, às vezes apresentavam pequenos espaços utilizáveis, como se fossem torreões engastados na cobertura, geralmente utilizados como dormitório – identificados pelo nome de

“camarinhas”. Sua construção exigia recortes no telhado, maior complexidade no madeiramento, uso de escadas entre outras alterações que inevitavelmente encareciam a obra, fazendo com que essas alterações apenas ocorressem nas casas de famílias de maiores recursos econômicos. [...] A falta de infra-estrutura e a presença, muitas vezes, do escravo junto da habitação, forçavam a localização das zonas de serviços nos fundos, tornando este setor o menos valorizado socialmente. O extenso quintal serviria ainda para produzir alguma cultura e a criação de alguns animais, costume que perdurará até a metade do século 20 aproximadamente (MARTINS, 2001, p.112-113).

Exemplares de construções características da metade do século XIX

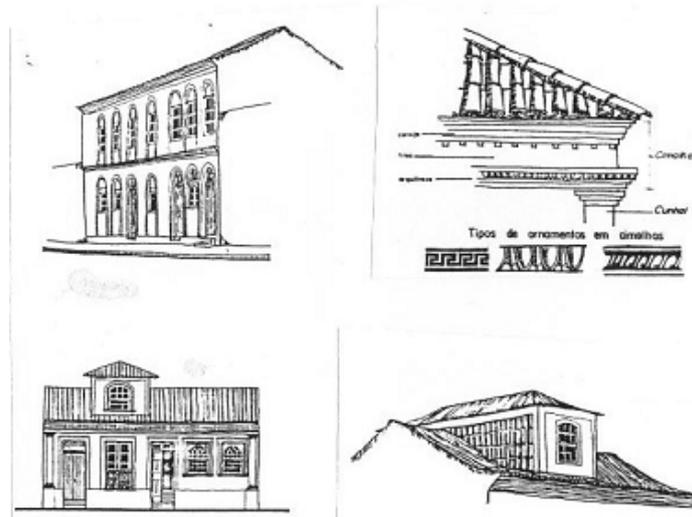


Figura 41. Exemplares de construções de meados do séc. XIX. Fonte: Projeto Jaguar, em MARTINS, R. D. A ocupação do espaço na fronteira Brasil – Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão. Universitat Politècnica de Catalunya, 2001.

As transações para a compra de um imóvel que servisse de sede à Câmara Municipal, nos anos de 1850, permitem que se observem as características das residências que comumente configuravam a paisagem urbana central da cidade, no período em questão. A casa pertencente ao Tenente Coronel José dos Santos Pereira estava situada em um setor valorizado socialmente, junto à antiga Rua das Praças, atual Avenida 27 de Janeiro. Em 1850, passou ao poder da municipalidade, após longos meses de trâmites e negociações. As descrições e a planta do imóvel, construído em

1845, fornecem-nos informações para uma aproximação para com o panorama das edificações que posteriormente foram destruídas, para dar lugar aos opulentos casarões do ápice da construção civil local.

Planta da residência onde se instalou a Câmara Municipal de Jaguarão em 1850

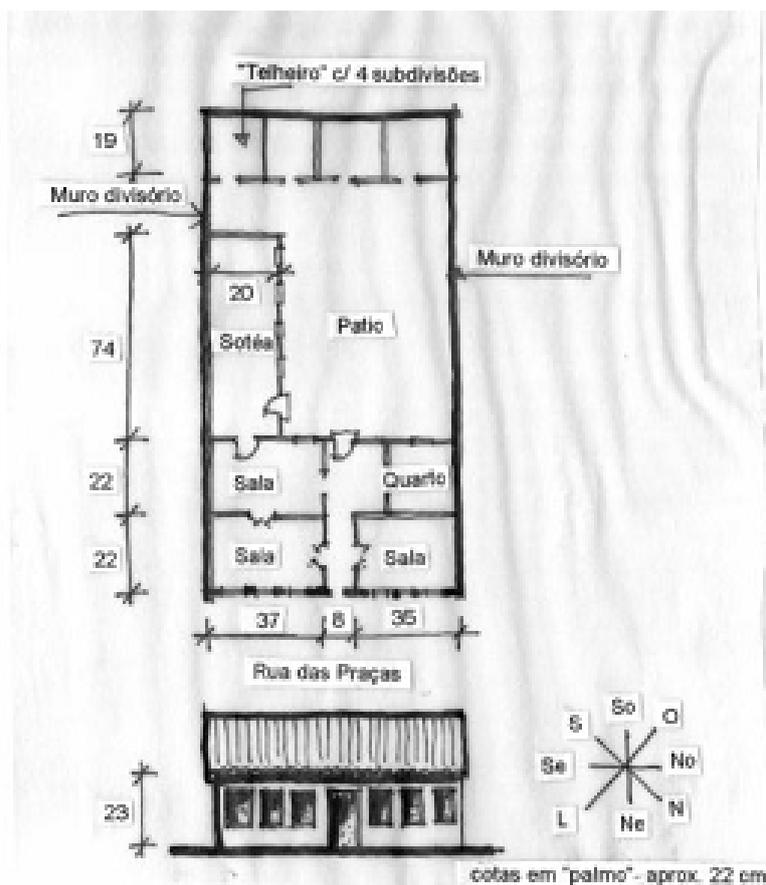


Figura 42. Planta de residência que abrigou a CMJ em 1850. Fonte: MARTINS, R. D. A ocupação do espaço na fronteira Brasil - Uruguai: a construção da cidade de Jaguarão. Universitat Politècnica de Catalunya, 2001.

De acordo com Martins (2001), a análise da disposição arquitetônica da edificação permite entrever a existência de, pelo menos, três distintos setores dentro da habitação. O primeiro deles era o social-familiar, correspondente ao bloco principal na frente do terreno. O segundo, em uma zona intermediária, acoplada ao núcleo em evidência, era a área correspondente à parte de serviços e, por fim, aos fundos do terreno, “a zona discriminada socialmente, para a acomodação da criadagem e de atividades menos importantes, de

acordo com a hierarquia social” (MARTINS, 2001, p. 98). Era no extremo da casa, no pátio, que se concentravam os trabalhadores e os serviços considerados subalternos. O espaço destinado para os criados era, habitualmente, um terreno com casas precárias, galinheiros, cozinhas e estruturas improvisadas.

3.6 O requinte construtivo dos casarões

Compõem o legado arquitetônico de Jaguarão – seus edifícios históricos de posição de relevo no cenário nacional – casas inspiradas na arquitetura do continente europeu, com influências diversificadas que resultaram nas formas ecléticas, próprias da paisagem urbana do Sul do país. Segundo Martins:

As regiões mais desenvolvidas conseguiam que suas cópias se aproximassem mais dos modelos originais, mas de qualquer maneira resultando num quadro de exagerada mistura, onde se percebe elementos de influência romântica, italiana, neogótica, neorrenascimento, etc. que eram os modelos que se utilizavam nas escolas de engenharia da América, com padrões rígidos e subordinados a princípios matemáticos e geométricos (MARTINS, 2001, p.233).

Mesmo em princípios do período oitocentista, os prédios mais importantes da cidade foram erguidos no entorno da Praça da Matriz, como forma de demonstrar o prestígio econômico-social das elites. Este foi o local preferido, também, para a instalação dos principais casarões, “uma terminologia popularmente utilizada para identificar as construções típicas da classe dominante, que os encomendava a exímios construtores que chegavam à região, procedentes tanto da Europa, como de outras cidades mais próximas” (MARTINS, 2001, p.234). Alguns proprietários buscaram conferir um caráter mais sóbrio às suas moradas, enquanto outros visaram a ostentação por meio de obras ricamente decoradas.

Vista do entorno da Praça da Matriz



Figura 43. Fotografia do entorno do Largo das Bandeiras. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão – Fotógrafo e data desconhecidos.

Perfis de prédios que compõem o Patrimônio Arquitetônico de Jaguarão



Figura 44. Perfil de fachada. Acervo – Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

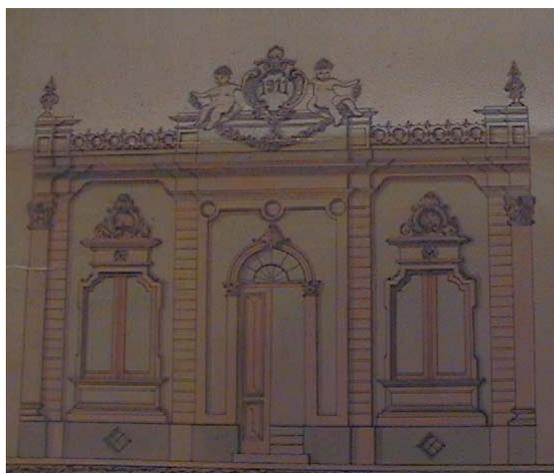


Figura 45. Perfil de fachada. Acervo – Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Quanto aos elementos formais das fachadas destas construções, de acordo com a linguagem própria do ecletismo, surgiriam:

Platibandas mistas, vazadas ou cegas, frontões, estátuas, vasos e compoteiras sobre platibandas. Utilizavam ainda ornamentos de massas geométricas (frisos, figuras gregas, etc.) ou florais, (guirlandas, frutas, etc.), uma rustificação sob as janelas, como se as pedras em cantaria aflorassem em relação ao terreno e salientes em relação à parede. Nestas paredes podem encontrar-se pilastras com capitéis com volutas e folhas de acanto, de fustes lisos ou canelados, de clara inspiração nos modelos neoclássicos [...] (MARTINS, 2001, p.234).

As portas de algumas residências jaguarenses foram esculpidas artesanalmente, com diversos motivos, e as janelas, de guilhotina ou de rótula, eram desenhadas com florais ou o holograma das nobres famílias.

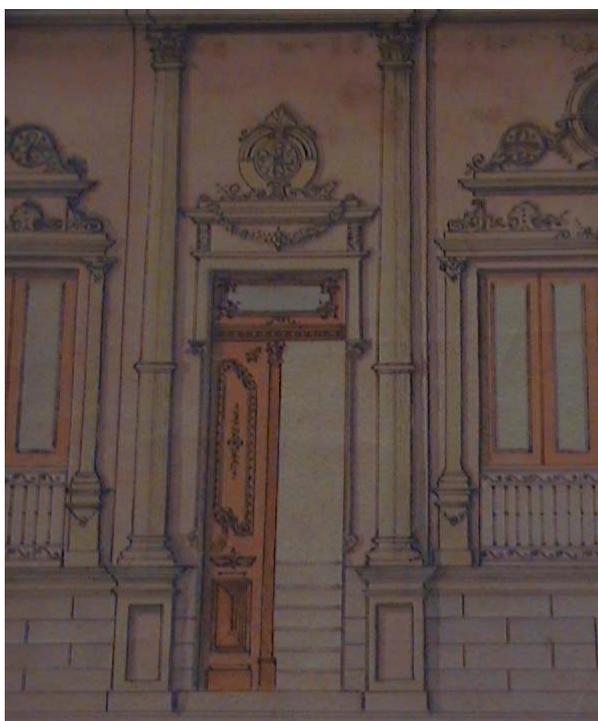


Figura 46. Perfil de fachada. Desenho de porta esculpida artesanalmente Acervo – Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

O patrimônio edificado da seleta clientela dos construtores – italianos e portugueses, em sua maioria –, que se estabeleciam nestas paragens, e tinham seu público garantido nas elites brasileiras, serviria de modelo para aqueles que construía m prédios mais simples e edifícios populares, que eram, porém, a maioria na região. Em muitas casas da classe-média se percebem evidentes apropriações dos símbolos de poder e progresso que exibiam os casarões senhoriais, valores ainda distantes de grande parte da realidade circundante.

Perfis de residências das classes médias

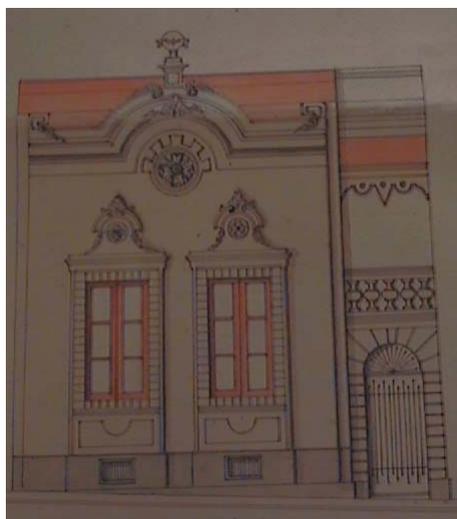


Figura 47. Perfil de fachada de residência de classe média. Acervo - Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.



Figura 48. Perfil de fachada de residência de classe média. Acervo - Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Ao desviarmos, porém, o foco de atenção dos prédios centrais que simbolizam, a sua maneira, os valores hegemônicos das elites de Jaguarão, encontraremos construções singelas, com poucos cômodos, de pequenas dimensões, onde, muitas vezes, se aglomeravam famílias numerosas. Estas casas, ninguém pensaria em preservar à posteridade, livrar da ruína, ou considerar “*Patrimônio*”. São interessantes, todavia, na medida em que permitem-nos observar como vivia a imensa maioria da população – muito aquém do refinamento das classes abastadas.

A categoria de “*Patrimônio*” lida, necessariamente, com recortes do passado e atribuições de valor. Em outras palavras, pode-se afirmar que produz, também, o esquecimento. A memória preservada em Jaguarão prima pela rica produção arquitetônica e o repertório estilístico de tradição luso-brasileira, e considera interessante, do mesmo modo, suas mesclas espanholas. Entretanto, o entorno deste rico manancial, e as regiões periféricas, não atraem os roteiros turísticos e as narrativas sobre os bens. Também não compõem esta história, geralmente, as negras bases que a sustentaram.

Perfis de fachadas de residências populares

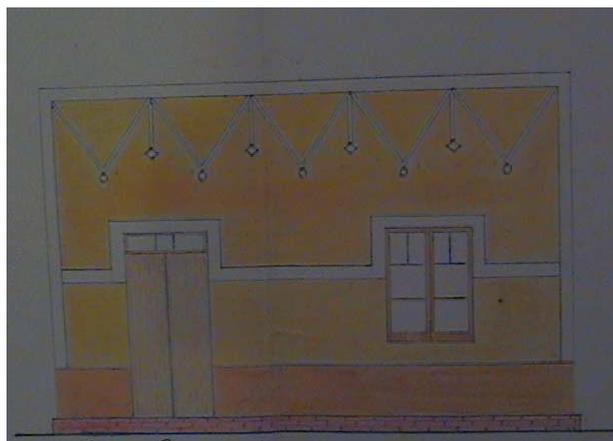


Figura 49. Perfil de fachada de residência popular. Acervo - Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão



Figura 50.



Figura 51.

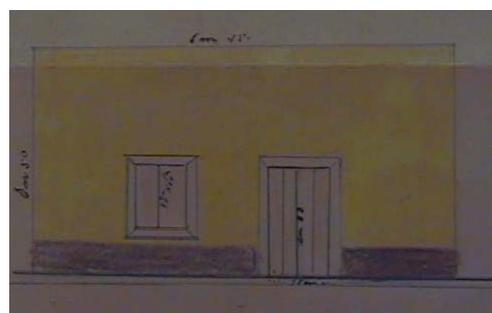


Figura 52.

Figuras 50, 51 e 52. Perfis de fachadas de residências populares. Acervo - Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

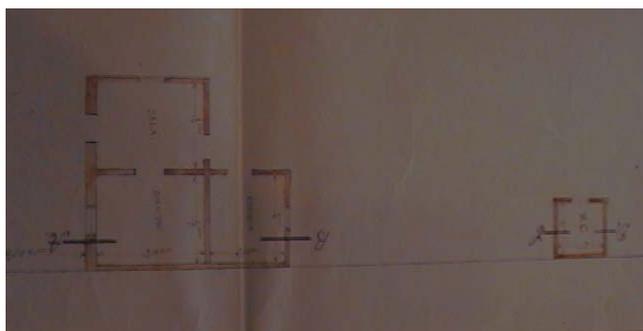


Figura 53. Planta de residência popular. Acervo - Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Embora pontuem, no trabalho construtivo dos opulentos edifícios, os nomes dos mestres de obras do Velho Continente, a atividade de base amparou-se, no período oitocentista, essencialmente, na mão-de-obra escrava. Focada no perfil dos trabalhadores dos canteiros de obras que atuaram em

Pelotas, no século XIX, Gutierrez (1999) verificou que, preferencialmente, coube aos africanos e seus descendentes a construção do casco da cidade e, aos europeus e seus descendentes, a concepção e a ornamentação.

Em Jaguarão não se têm, até a atualidade, estudos de fôlego sobre o perfil dos trabalhadores que atuaram na construção dos edifícios históricos, públicos e privados, de maior envergadura, mas é bastante provável que não fosse diferente. Eram os grandes centros e seus arredores espelhos de relações de desigualdade social, em que predominavam verdadeiros abismos entre as populações ricas e pobres, livres e de condição servil.

3.7 A presença dos escravos domésticos e os negros porões das edificações

Vimos que, com a transformação do perfil dos centros urbanos brasileiros, na metade do século XIX, houve um aumento significativo no contingente populacional das cidades, e os grandes proprietários passaram a permanecer em suas moradias urbanas e a visitar, periodicamente, as propriedades rurais. Data deste momento o processo de pavimentação das ruas, embelezamento das praças, e a criação de jardins públicos, protegidos por gradis de ferro. As importantes modificações do cenário da urbe acabaram, por fim, refletindo-se no programa residencial das poderosas classes.

Percebe-se que, no Sul do país, quando as riquezas advindas do charque, das lidas campeiras e do comércio, se tornaram abundantes, se deu um processo de expansão e refinamento da arquitetura civil, com a pujança dos ornamentos. Por um lado, os edifícios exibiam a monumentalidade, as rebuscadas técnicas construtivas nos adornos e as marcas e insígnias das famílias senhoriais. Por outro, as fachadas internas e os pátios estavam arraigados, ainda, aos dramas da escravidão.

Exemplo de iniciais familiares circunscritas na planta da fachada de prédio



Figura 54. Emblema familiar. Detalhe de perfil de fachada. Acervo – Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Em alguns casarões, a disposição arquitetônica foi planejada de maneira a separar os acessos da área social e da área de serviços. Em Pelotas, por exemplo, local onde se ergueu o maior sítio charqueador da América portuguesa:

[...] para os ricos fabricantes da carne salgada, o acesso principal da morada e o de entrada de animais, cocheiros, serviçais e escravos eram diferentes, podendo ser, na maioria dos casos, até opostos. Cavalos e carruagens dos senhores sulinos, do final do século XIX, não compartilhavam da morada senhorial. Eram colocados em lotes e/ou construções, contíguas, ou ainda, as cocheiras estavam localizadas em terrenos que tinham frente a uma das três demais ruas do quarteirão e que se comunicavam com a casa principal (GUTIERREZ, 1999, p. 421).

Em Jaguarão, a solução de diferentes locais de ingresso para os trabalhadores e para a família proprietária pode ser percebida no palacete do médico abolicionista Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, que tem a frente, e os setores mais valorizados socialmente, voltados para a atual Rua XV de Novembro; a entrada para os empregados, contudo, se dava pela quadra de trás, atual Júlio de Castilhos. Era costume comum, em dia de recepção de convidados ilustres e cerimônias, que um ou dois escravos permanecessem à porta das casas, segurando tochas voltadas para a iluminação. Quando o Dr.

Barbosa importou da Europa, para colocar à entrada de seu palacete em Jaguarão, a refinada estátua de um negro com uma lanterna na mão, sustentou o argumento, inspirado na causa emancipadora, que objetos como estes substituiriam, nesta função, o papel desempenhado por cativos.

Palacete do Dr. Carlos Barbosa Gonçalves



Figura 55. Casarão do Dr. Carlos Barbosa. Acervo – Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão; Fotógrafo e data desconhecidos.

Denotam-se nos conjuntos da moradia senhorial brasileira e gaúcha, segundo Maestri (2001, p.111), “a desqualificação das peças de serviço, em especial da cozinha, e o isolamento das peças sociais, sobretudo das íntimas como as alcovas e sala de estar das mulheres, em oposição à morada popular portuguesa, apesar da importante imigração açoriana para o sul do país”. O autor afirma que a expulsão da “cozinha no Brasil – ‘lugar de negro’ – da zona residencial familiar permitiu a expulsão do corpo da residência dos cativos dedicados a essas atividades domésticas”, demonstrando a inconsistência da proposta historiográfica da quase-fusão de senhores e de trabalhadores escravizados domésticos no contexto das moradias urbanas (MAESTRI, 2001, p.111). Para os ricos proprietários oitocentistas, a grande revolução residencial seria a casa de porão alto, erguida ainda na divisa frontal do lote, que dava a ideia de monumentalidade. Este tipo de habitação substituiu o sobrado colonial e transformou-se na moradia senhorial por excelência. As casas de porão alto se adaptavam perfeitamente ao clima úmido da região sulina e, em alguns locais, desbancariam os sobrados senhoriais, como forma de ostentação da elite charqueadora. Um dos últimos remanescentes de construção

assobradada oitocentista, na fronteira sulina, é o edifício do Barão de Tavares Leite, português charqueador, que erigiu a construção de grande porte que destoava, em função das proporções à sua época, ainda na metade do século XIX, dos outros prédios com padrões construtivos mais simples e geralmente de um só pavimento (MARTINS, 2001, P.110).

A residência do Barão possuía, até mesmo, um elevador de madeira, que funcionava a partir da força braçal dos criados. O artefato permanece no prédio e foi registrado, mas ainda é necessário investigar precisamente como se dava o seu antigo uso.

Sobrado do Barão de Tavares Leite



Figura 56. Residência do Barão de Tavares Leite. Acervo IHGJ. Fotografia e data desconhecidos.



Figura 57. Rua XV de novembro. Edifício do Barão de Tavares Leite na esquina. Acervo IHGJ. Fotografia La Fayette. Sem data.

Primitivo elevador de madeira da residência do Barão de Tavares Leite



Figura 58. Primitivo Elevador – Sobrado do Barão de Tavares Leite. Foto de Andréa da Gama Lima; 2009

A técnica da construção de porões semi-enterrados, com um ou dois metros de altura, permitiu elevar e assoalhar regularmente o andar térreo, de até 5 metros, que pôde ser usado para funções sociais. Já o espaço do porão, por sua vez:

[...] arejado por respiradores – “óculos”, “gateiras”, “seteiras” – de grades de ferro, se habitável, era reservado para os cativos, empregados e atividades domésticas. Nesses casos, o quintal perdia muito de suas construções tradicionais – dormitórios de cativos, despensa, lavatório, etc (MAESTRI, 2001, p.191).

Perfil frontal de casa de porão elevado em Jaguarão



Figura 59. Perfil frontal de residência de porão elevado. Acervo – Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Perfil frontal de casarão com porão habitável, no entorno da Praça central de Jaguarão

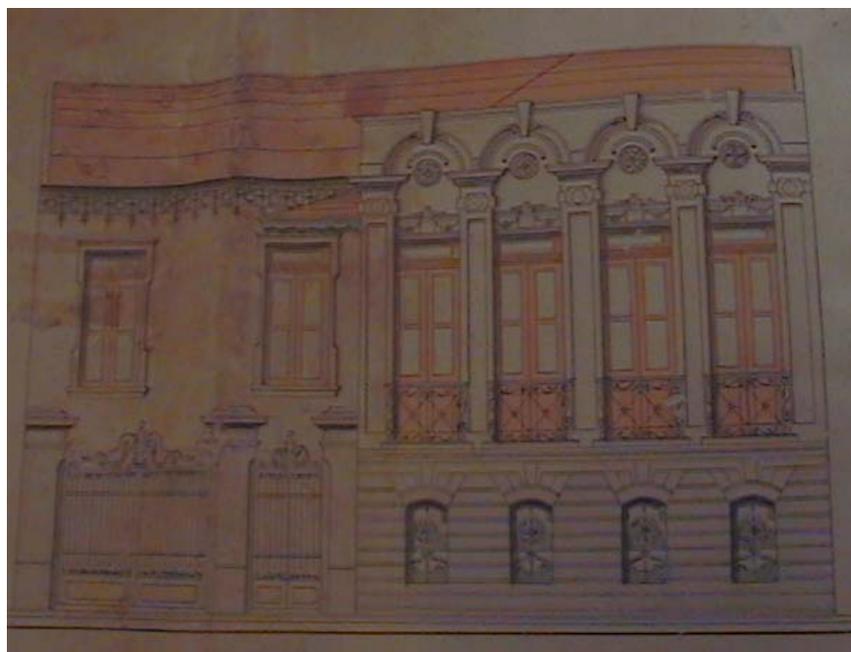


Figura 60. Perfil de fachada de casarão de porão habitável. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

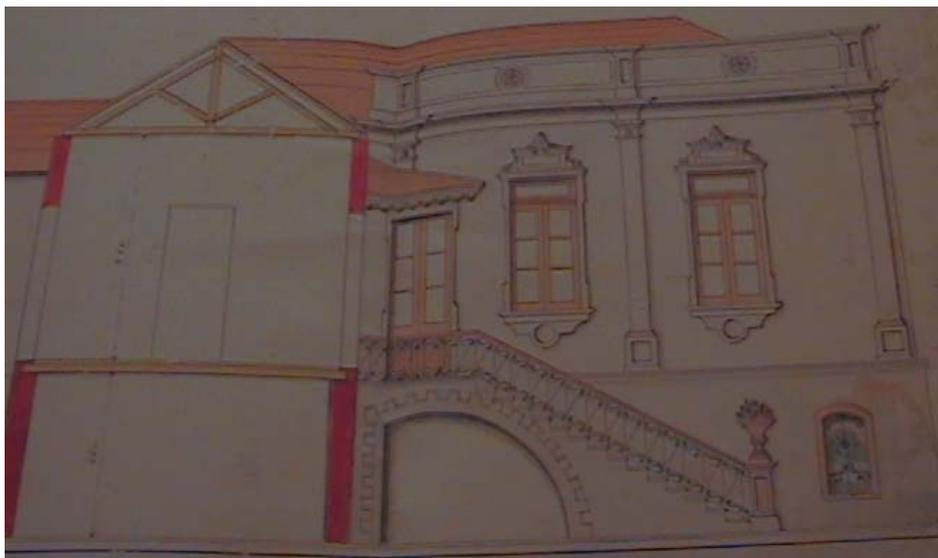


Figura 61. Perfil de casarão de porão elevado. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

À entrada das residências das classes dominantes encontrava-se, geralmente, de um lado o salão e, do outro, o escritório senhorial. O primeiro era o setor mais nobre da residência, voltado para receber as visitas de maior expressão, e o segundo, também de grande importância, poderia possuir escrivanharia, biblioteca, poltronas e estantes, como um ambiente de bom gosto e requinte. As janelas que davam para rua possuíam ornamentos de ferro fundido, e elegantes cortinas, para evitar o olhar dos transeuntes. As peças da frente dos casarões, destinadas às funções sociais, poderiam ser revestidas com escaiola nas paredes ou cobertas com papéis importados. De praxe, as peças intermediárias das casas eram voltadas para as funções familiares – salas de jantar, de estar e dormitórios, e os ambientes mais íntimos eram radicalmente separados do restante da residência.

Por fim, as peças traseiras, próximas ao quintal, abrigavam a cozinha, a despensa, demais ambientes de trabalho, e as casas de banho. O deslocamento de diversas atividades para o setor subterrâneo do casario permitiria, também, a vigilância dos trabalhadores de condição servil e um maior afastamento das áreas nobres familiares. Com o tempo, as moradas dos senhores mais ricos passaram a destacar-se não só pelo tamanho, mas pelas soluções arquitetônicas. As construções recuaram lateralmente com relação ao lote e a entrada passou a se dar por meio de um belo jardim, que levava a escada de acesso à porta principal.

Residência de porão elevado, com recuo lateral, no entorno da praça central de Jaguarão



Figura 62. Casarão de porão elevado. Acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fotografia e data desconhecidos.

Com as décadas que se seguiram ao fim do tráfico internacional de cativos e a proximidade da abolição da escravatura, se deu um processo de esvaziamento de escravos nas cidades, pois os negros passaram a ser importados para as zonas rurais e para o árduo trabalho na indústria do charque. Ainda assim, no período da entressafra, os escravos se voltariam para o trabalho em olarias e, em grande número, atuavam nas obras da construção civil. Com a aproximação da movimentação abolicionista e o decreto oficial de extinção do sistema de trabalho compulsório no Brasil, em 1888, alguns senhores começaram a ornamentar suas casas com simbologias de alusão à liberdade. É o caso, por exemplo, da residência central do charqueador Zeferino Lopes de Moura, que colocou à fachada, sobre o frontão, a estátua de uma figura feminina com correntes rompidas às mãos – eram os influxos e ícones materiais do período de desescravização.

Residência de Zeferino Lopes de Moura



Figura 63. Casarão do charqueador Zeferino. L. de Moura. Acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão; Fotógrafo e data desconhecidos.

Detalhes da Fachada



Figura 64. Fotografia da fachada do casarão de Zeferino. L. de Moura. Acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão; Fotógrafo e data desconhecidos.

3.8 Marcos da Abolição

À noite de 11 de setembro de 1881, por volta das oito horas, uma procissão de escravos saiu às ruas de Jaguarão, liderada pelo negro Joaquim José Ricardo. “Com archotes às mãos, elevando acima das cabeças a trêmula chama”, o numeroso contingente de cativos, acompanhado por uma banda musical e fogos de artifício, cruzou as principais vias da cidade em direção às residências de abolicionistas, onde foram recebidos com doces e licores. Penetraram o interior de onde, até então, jamais lhes fora facultado ingressar para manifestações deste porte (SOARES, 1990, p.33).

A notícia do Jornal *Atalaia do Sul*, descreve a visita do grupo à residência do Sr. Joaquim Thomaz da Porciúncula, um dos principais incentivadores da causa abolicionista em Jaguarão:

Depois de falar o Sr. Joaquim Ricardo, tomou a palavra o Sr. Rocha Gallo e demonstrou, com proficiência e clareza, a importância da grandiosa ideia iniciada por José Thomaz da Porciúncula. Este senhor, agradecendo a saudação, fez reverter as glórias de tão humanitária ideia aos seus dignos companheiros, especializando o nome do Sr. Manoel Maseda, a quem considerava como seu braço direito. Nas residências dos Srs. Capitão Dionísio Amaro da Silveira Junior e negociante Manoel Maseda e outros mais, foi o Sr. Joaquim Ricardo sempre feliz nos discursos que proferiu em nome daqueles que com o maior respeito e boa ordem, dirigiu naquela noite. Foi digna, foi justa essa espontânea manifestação promovida por aquele punhado de homens trabalhadores (Redator do Jornal *Atalaia do Sul*, 1881, *apud* SOARES, 1990, p.33).

No referido mês, havia se formado uma *Sociedade Emancipadora* na cidade, com direção, presidência e comissão de liberdade. A mesma contava inicialmente com cerca de 200 sócios, e firme apoio por parte de determinados segmentos da imprensa. A sessão solene de inauguração da instituição libertadora, arraigada aos ideais republicanos, foi marcada para o dia 28 de setembro, no Clube Jaguareense.

Clube Jaguareense



Figura 65. Clube Jaguareense. Local das primeiras reuniões e solenidades da *Sociedade Emancipadora Jaguareense*, em 1881. Acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

A data da formalidade fora escolhida em função do marco dos dez anos da sanção da *Lei do Ventre Livre*, por parte da princesa Isabel. Passaram a ser realizados, então, leilões para a arrecadação de fundos para a alforria de escravos, e solicitaram-se a doação de bens que seriam revertidos em valores para a compra de cartas de liberdade. Em função das chuvas que assolaram a região no período, a Instalação da *Sociedade Emancipadora Jaguareense* ocorreu, em meio a festejos, somente no dia 9 de outubro de 1881. No episódio, quatro escravos foram libertados por iniciativa de seus amos: Estácia, por Joaquim Licurgo de Figueiredo; outros dois, *sem nome*, pelo Capitão Joaquim Francisco das Chagas e sua genitora, Francisca de Ávila e, finalmente, o quarto escravo, pelo capitão Manoel José da Rocha. A Sociedade Emancipadora, graças aos fundos arrecadados, alforriou, por sua vez, o preto Catão.

Na ocasião, leu-se, ainda, em razão da empolgação que contagiava a sociedade, um ofício firmado por Theodora Netto, esposa do Coronel Manoel Amaro Barbosa, no qual foi declarada a liberdade da escrava de nome Ignez. A cativa, que assistia à solenidade, recebeu sua carta de liberdade em mãos. Os discursos que se seguiram aludiam, em grande parte, a episódios históricos. Falava-se nas aspirações de liberdade inspiradas na Revolução Francesa, nos

exemplos das grandes nações dos domínios do ultramar, e no caminho de ascendência ao progresso e civilização que começava a trilhar a pequena cidade ao Sul do Brasil.

Porém, mesmo anos antes dos influxos da campanha abolicionista republicana, da década de 1880, ocorriam já, no município de Jaguarão, iniciativas como os espetáculos teatrais, por exemplo, que arrecadavam verba para ser revertida na libertação de cativos. No chamado *Theatro Philo Dramático Apollo*, antecessor do *Theatro Politheama Esperança*, inaugurado somente em 1897, eram comuns apresentações com esta finalidade, como se pode observar nos jornais do período. O *Atalaia do Sul*, em 1868, divulgava, neste sentido, a pitoresca apresentação do mágico João Bosco, cujos fundos seriam revertidos para a alforria de uma escrava.

Anúncio de espetáculo a benefício da liberdade de uma escrava – 1868



Figura 66. Fonte: Jornal Atalaia do Sul, 1868, p.3. Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Jaguarão, por fazer parte da principal rota que unia, no cenário do século XIX, Porto Alegre à Montevideu, era o principal ingresso para as turnês estrangeiras das companhias artísticas das capitais – daí que tivesse uma vida cultural agitada em determinados períodos. Quando os grupos viajavam, faziam apresentações em algumas cidades no caminho. Os escravos, por sua

vez, junto a outras pessoas em condições de vulnerabilidade social, em parte se beneficiaram deste fluxo. A notícia de um circo uruguaio que, em março de 1880, esteve na cidade, reflete esta situação:

Circo Uruguayo

“Os dignos diretores desta companhia, Srs. Bozan e Valentim, tem se mostrado agradecidos as imensas simpatias que merecem do público jaguareense.

Para isso não têm se furtado a socorrer aos desvalidos da fortuna. Há dias se exibiu uma brilhante função, cujo produto foi para a liberdade de um infeliz escravo.

Ontem, outro espetáculo foi oferecido a desventurada viúva de Marcos Ourives, carregada de filhinhos e na mais extrema pobreza. Hoje ainda os humanitários artistas trabalham para dedicar o produto de seu suor ao infeliz Alexandre, artista músico, que se acha gravemente enfermo. Por tantos atos de abnegação e humanidade são os Srs. Bonzan e Valentim credores dos maiores encômios e da bem merecida proteção do ilustrado povo jaguareense” (Atalaia do Sul, 14 de março de 1880, Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão).

No noticiário do mesmo ano, porém, dizia-se que em Montevideu se agitava uma grande questão provocada pelos empresários de teatros, que não permitiam a entrada de pessoas de cor em seus estabelecimentos. O fim do sistema escravista na capital uruguaia não teria rompido, em igual proporção, os diques da discriminação racial, e o jornalista jaguareense, diante de tal situação, afirmava que “a municipalidade opunha-se a tão extravagante pretensão” (Atalaia do Sul, 1880, p.2).

A luta antiescravista continuava, e o espetáculo da noite de 10 de abril de 1881, dirigido pelo artista Santiago Massa, seria em benefício da liberdade do escravo de nome Caetano, de propriedade da Sra. Jenuína Gonçalves. O redator da notícia, após a divulgação da programação que reuniria música e arte dramática, em prol do cativo, afirmava que: “sendo a índole do povo jaguareense verdadeiramente amante da liberdade, desnecessário é pedir-se sua valiosa coadjuvação para este ato de caridade. Ele saberá cumprir com esse santo preceito” (Atalaia do Sul, 10 de abril de 1881; Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão; escrita atualizada).

No jornal *A Ordem*, de responsabilidade do Partido Republicano, muitos são os artigos encontrados em direção favorável ao abolicionismo. O jornal passou a circular em 1884, mantendo-se ainda em ativo por duas décadas. Fruto de diversos fatores, conforme a matrícula de 1887, os escravos que, no princípio da Vila Municipal, haviam sido numerosos, estavam reduzidos ao contingente de 142 cativos. Entretanto, mesmo anos depois do princípio da campanha libertadora e, às vésperas do marco oficial da abolição, em 1888, *A Ordem* denunciava um político local do Partido Conservador, o Major Silvestre Nunes Gonçalves Vieira, por ter feito submeter a castigo um escravo seu, “com seis dúzias de bolos”, por despacho do delegado de polícia, conforme ainda previa a lei.

Segundo o redator, o Major Silvestre ficava assinalado como “o último dos retrógrados que mandou castigar na cadeia pública desta cidade um escravizado” (Redator do jornal *A ordem*, 1888, apud FRANCO, 1990, p. 49). O presídio público de Jaguarão, neste período, como se percebe, funcionava ainda como um local para a punição de cativos.

Presídio de Jaguarão - Local de punição de cativos no século XIX



Figura 67. Presídio de Jaguarão; Data e fotografia desconhecidos.
Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

A abolição poderia assumir, por vezes, também, o viés da crueldade. Alguns senhores alforriavam seus escravos, incapacitados para o trabalho por doença ou idade, para não terem que arcar com seus gastos. Grande parte das

mortes de africanos e crioulos libertos, apontada nos jornais jaguarenses e registros de enterramentos, especificavam que os mesmos estavam em condições de indigência.

Os altos índices de pessoas em condições de miséria, que se seguiram na Jaguarão do pós-abolicionismo, levaram a cidade a registrar, segundo lei municipal do período, o ofício da mendicância. Os mendigos oficiais eram obrigados a usar, como identificação no pescoço, placas de chumbo fornecidas pela Prefeitura Municipal (SOARES e FRANCO, 2010, p. 105). Em princípios do século XX, o já mencionado cônego belga Aquinas Schoenares, que viveu em Jaguarão entre os anos de 1901 e 1903, refletiu sobre a abolição em uma de suas correspondências, a partir das relações que presenciava entre brancos e negros nesta cidade.

Agora não existem mais escravos. A Lei de 1888 deu a todos plena liberdade. Pelo menos nas palavras, a escravidão, aqui, acabou. Mas o será, também, de fato? Como já me referi, o negro, aqui, é sempre um desprezado, um “João ninguém”, que, em verdade, quando em vez recebe uma palavra carinhosa, semelhante à que o caçador dirige ao seu cão, quando ele, por instinto, levanta um bando de perdizes e a põe, abatidas, aos pés do dono.

Por certo, tenho, para mim, que a escravidão continua. Fora, necessariamente, o que representa a relação de trabalho entre negro e branco, o desprezo e a aversão do último em relação ao primeiro é tão grande e aferível quanto nos tempos da escravatura.

Cada família branca, na cidade, tem a seu serviço uma família negra, pais e filhos. Estes têm sua habitação num pequeno prédio a, pelo menos quinze metros da casa dos patrões. Na urbe, quase todas as casas são construídas assim. Na família negra, pai, mãe, filhos e filhas trabalham na casa e no jardim dos patrões e a remuneração consiste em receber alimentação e vestuário. Se uma família torna-se demasiadamente numerosa, alguns de seus membros são despedidos: enrolam suas roupas na coberta que usam para dormir e, com toda sua fortuna debaixo do braço, procuram outro paradeiro (SCHOENAERS, T. A. In: SOARES e FRANCO (orgs), 2010, p.88).

Em 1888, ergueu-se, em Jaguarão, a “Estátua da Liberdade”. Exatamente na praça que um dia chamou-se, também, “13 de Maio”, em alusão à abolição oficial da escravatura numa Nação que, de fato, libertou os escravos, mas manteve, contudo, o trabalho servil. Com o tempo, porém, este local perdeu seu nome e memória para prestar homenagens a um ilustre, o Dr. Alcides Marques.

Antiga Praça 13 de Maio



Figura 68. Largo das Bandeiras – Praça 13 de maio; à esquerda a “Estátua da Liberdade”. Instituto histórico e Geográfico de Jaguarão, sem data.

A “Estátua da Liberdade”, no entanto, permaneceu ativa no centro da cidade, como marco referencial de grandes transformações sociais. Mas por muitos anos, ainda que inerte em sua materialidade de pedra, testemunharia os reflexos do drama do cativo urbano.

Considerações Finais

Neste estudo, focada na História e Patrimônio do município de Jaguarão, visei retomar e debater dados do passado local que foram invisibilizados e omitidos, em grande parte, pelas políticas oficiais e propostas de preservação patrimonial, nesta zona da fronteira: a significativa presença negra, escrava, no bojo da sociedade jaguareense oitocentista, e algumas de suas incidências na constituição do patrimônio edificado das elites.

Para tanto, foi necessário discutir, antes, a própria gênese da noção de “Patrimônio”, e os sentidos que o termo adquiriu historicamente, em distintos contextos políticos e processos históricos. Vimos que, em um primeiro momento, corresponderam à categoria elementos previamente selecionados, que expressavam, em suma, bens e valores da chamada “*alta cultura*”, os marcos referenciais dos setores dominantes e dos poderes institucionalizados. Lançada aos questionamentos dos diversos grupos que disputam pela salvaguarda e gerenciamento daquilo que consideram significativo, em meio a um vasto legado de elementos pretéritos, em seguida, a esfera patrimonial constituir-se-ia como território de conflitos: espaço de luta – econômica, política e simbólica –, entre os agentes do Estado, setores privados, intelectuais, e os movimentos e associações civis, com interesses nem sempre consoantes.

A análise das políticas de patrimonialização, no cenário nacional e internacional, permitiu que fossem contempladas as características do momento no qual tiveram início os estudos mais significativos, referenciais até o tempo presente, no que tange ao legado patrimonial de Jaguarão. O *Inventário do Patrimônio Arquitetônico Jaguareense*, publicado em 1988, além de apontar as edificações de interesse para a preservação e as tipologias arquitetônicas existentes na cidade, sublinhou, especificamente, no plano da História, a proeminência dos referenciais euro-ocidentais na conformação da fronteira, sustentando que Jaguarão reflete, em seu contexto cultural e urbano, a mescla de duas culturas, a portuguesa e a espanhola.

Por outro lado, este trabalho demonstrou que enquanto as fachadas externas dos casarões refletiam o requinte e as rebuscadas técnicas importadas da arquitetura do Velho Continente, os pátios internos e os porões

dos edifícios, por sua vez, estavam arraigados, ainda, aos dramas da escravidão – eram os espaços destinados aos trabalhadores servis, como os setores discriminados socialmente.

As características encontradas especificamente nas zonas rurais, levaram-me a alastrar a abrangência da pesquisa até propriedades situadas na periferia do município. A concentração de escravos em algumas estâncias e nas antigas charqueadas, situadas à margem esquerda do rio Jaguarão, com o funcionamento baseado na mão-de-obra cativa, apontam determinados locais como importantes focos de vestígios da cultura material da escravidão. Considerei relevante apontar e registrar possíveis sítios, como pontos de convergência da escravaria, com o propósito de sinalizar para abordagens arqueológicas e debater seus significados na dimensão do patrimônio. Estes estudos, contudo, extravasam os domínios do presente trabalho.

Estima-se que esta pesquisa vislumbre outras possibilidades de seqüência e aprofundamento para a abordagem patrimonial e histórica em Jaguarão. A escravidão, no extremo Sul do Brasil, não foi um sistema isolado, mas parte de um complexo encadeamento da nação que, por mais tempo, na História da humanidade, firmou-se como um reduto escravista.

Bibliografia:

AZEVEDO, Amadeu de. *Apontamentos para uma Monographia de Jaguarão*. Intendência municipal de Jaguarão, 1912.

CARATTI, Jônatas Marques. Apreensão venda e extradição: experiências de uma crioula oriental em terras sul rio-grandenses (1842 -1854). V Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (2007: Porto Alegre, RS) *Anais: Produzindo história a partir de fontes primárias / org. Vladimir Ferreira de Ávila – Porto Alegre: CORAG, 2007, p.117 - 129.*

CARATTI, Jônatas Marques. Comprando e vendendo escravos fronteira: uma possibilidade de análise a partir de escrituras públicas de compra e venda (Jaguarão, 1860-1880). In: *IX Encontro Estadual de História, ANPUH-RS: Vestígios do Passado*, 2008, Porto Alegre. Anais do IX Encontro Estadual de História, ANPUH-RS: Vestígios do Passado. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008.

COMERLATO, F. *A experiência das oficinas de arqueologia e populações de origem africana*. Percursos (UDESC). Vol. 6, p.1, 2005.

DARONCO, Leandro Jorge. Sob as sombras do passado: histórias escravistas no noroeste rio-grandense do século 19 (p. 270 – 294). *Grilhão Negro: ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil*//Mário Maestri, Helen Ortiz (org.) Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

DIMITRIJEVIC, Dejan. (sous la direction de). Inventer une Memòire pour construire une identité: l'origine bogomile de la nation bochiniaque. *Fabrications de traditions invention de modernité*. Paria, Éditions de la maison des sciences de l'homme, 2004.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Patrimônio e Repatriação Arqueológica. *Ponta de Lança: História, Memória e Cultura*, (1): 37- 62, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio: uma questão de valor. In: *O patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Minc/IPHAN, 2005.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/RS e Universidade de Caxias do Sul, 1980.

FRANCO, Sérgio da Costa. A Propaganda Republicana em Jaguarão. *Cadernos Jaguarenses - Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão*, N. 1, 1990.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa; SOARES, Eduardo Álvares de Souza (orgs.). Olhares sobre Jaguarão. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

FRONER, Yaci-Ara. Conservação Preventiva e Patrimônio Arqueológico e Etnográfico: ética, conceitos e critérios. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, (5), 1995.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia e Patrimônio* – Erechim: Habilis, 2007. 168p.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GARBINATTO, Valeska. Ensino de história e patrimônio histórico: pontes da construção da memória e cidadania. *Ciências e Letras*. Porto Alegre: Faculdade Porto-alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2000.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade/* Nestor García Canclini; tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução Gênese Andrade. 4ª ed. 1ª reimp. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. – (Ensaio latino-americanos, 2005)

GILROY, Paul. O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas. (1777 – 1888)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

GUTIERREZ, Ester J. B. Estâncias Fortificadas (p. 168 – 216). *Peões, Vaqueiros e Cativos Campeiros: estudos sobre a economia pastoril do Brasil*. Mário Maestri, Maria do Carmo Brasil (org.); Cláudia Daiane Garcia Molet [et al.]. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

HOBBSAWN, Eric. *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. Fundamentos da educação patrimonial. *Ciências e Letras*. Porto Alegre: Faculdade Porto-alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2000.

IPHAN - *Editado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)*. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro: Rua da Imprensa, 16, 8º andar. Palácio da Cultura, Brasília: Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K. Nº. 1., Nº.2 1979.

LEMOS, Carlos A.C. *O que é Patrimônio Histórico*. 5^o ed. São Paulo: Autêntica, 1987.

LIBBY, Douglas Cole e PAIVA, Eduardo França. *A escravidão no Brasil. Relações Sociais, acordos e conflitos*. 2^o ed. São Paulo: Moderna, 2005. Coleção Polêmica.

LÓPEZ, Laura. Candombe y Procesos de identidad de descendientes de africanos en Buenos Aires. In: *Buenos Aires Negra. Identidad y Cultura*. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, pp.175-184, 2006.

MAESTRI, Mário. *O Escravo no Rio Grande do Sul. A charqueada e gênese do escravismo gaúcho*. Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho. Resistência e Trabalho*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana no Brasil: o caso gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2001.

MARTINS, Roberto Duarte.

A ocupação do espaço na fronteira Brasil - Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão. Universitat Politècnica de Catalunya. Escola Técnica Superior D'Arquitectura, 2001.

OLIVEIRA

OSÓRIO, Helen. Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, séc. XVIII. In: *II Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*, 2005, Porto Alegre. *Anais. II Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*, 2005.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo A.; *O que é Patrimônio Cultural Imaterial* / São Paulo: Brasiliense, 2008. – (Coleção primeiros passos; 331).

POSSAMAI, Zita Rosane. *O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. Ciências e Letras*. Porto Alegre: Faculdade Porto-alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2000.

SCHÁVELZON, Daniel. *Buenos Aires negra. Arqueologia histórica de una ciudad silenciada*. Buenos Aires: Editora Emecé, 2003.

Arqueologia de la población afro-argentina: inicio, estado actual y posibilidades. In: *Arqueologia Histórica Argentina. Actas Del 1º Congreso Nacional de Arqueologia Histórica*. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, pp. 77-85, 2003.

SOARES, Eduardo Álvares de Souza. Sociedade Emancipadora Jaguareense in: *Cadernos Jaguarenses* - Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, N. 1, 1990.

SPHAN – *Editado pela Fundação Nacional Pró-Memória*, Sub-Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Secretaria da Cultura. Ministério da Educação e Cultura, Brasília – Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K. Nº. 11 – Março/Abril, 1981, Nº. 16, Janeiro/Fevereiro, 1982.